



Número: **0045366-35.2017.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 26ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **06/09/2017**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)	ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)	MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO / INTÉRPRETE)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23319773	06/09/2017 14:54	Petição Inicial	Petição Inicial
23319937	06/09/2017 14:54	PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração
23319973	06/09/2017 14:54	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
23320017	06/09/2017 14:54	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
23320111	06/09/2017 14:54	CTPS	Documento de Comprovação
23320147	06/09/2017 14:54	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
23320293	06/09/2017 14:54	LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
23320320	06/09/2017 14:54	PROCESSO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
26887779	02/01/2018 18:42	Decisão	Decisão
26924871	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
26924872	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
26924873	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
27392113	22/01/2018 15:44	Contestação	Contestação
27392141	22/01/2018 15:44	2439228-ilovepdf-compressed	Outros (Documento)
27392184	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 1	Procuração
27392204	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 2	Procuração
27392222	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 3	Procuração

27392 240	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 4	Procuração
27392 252	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 5	Procuração
27392 261	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 6	Procuração
27392 286	22/01/2018 15:44	LIDER PARTE 1	Procuração
27392 304	22/01/2018 15:44	LIDER PARTE 2	Procuração
27544 245	26/01/2018 09:35	Petição	Petição
27544 304	26/01/2018 09:35	2439228 GUIA CEF	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
27664 156	30/01/2018 17:03	Intimação	Intimação
27685 765	31/01/2018 11:09	Réplica	Petição
27812 940	02/02/2018 18:33	Intimação	Intimação
27887 831	06/02/2018 11:32	Outros (Petição)	Outros (Petição)
28395 715	23/02/2018 10:35	Aviso de Recebimento	Aviso de recebimento (AR)
28395 717	23/02/2018 10:35	AR INT/ COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	Aviso de recebimento (AR)
28395 970	23/02/2018 10:37	Aviso de Recebimento	Aviso de recebimento (AR)
28395 971	23/02/2018 10:37	AR INT/ SEGURADORA LIDER	Aviso de recebimento (AR)
28333 000	10/03/2018 07:28	Despacho	Despacho
29006 812	14/03/2018 11:54	Resposta	Resposta
29387 709	23/03/2018 14:09	Desistência da Ação	Desistência da Ação
29564 227	02/04/2018 15:53	Despacho	Despacho
29799 947	05/04/2018 16:17	Intimação	Intimação
29949 589	10/04/2018 14:48	Petição MANIFESTAÇÃO DISCORDANCIA DESISTENCIA	Petição
31931 666	31/05/2018 17:49	Sentença	Sentença
33064 920	09/07/2018 17:13	Intimação	Intimação
34874 861	27/08/2018 15:28	TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO	Certidão

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vendedor (atualmente desempregado), portador do RG n.º 7.409.803 SDS/PE e do CPF nº 093.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66, Quadra 106, Caetés I, Abreu e Lima/PE – CEP 53.530-640, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações, citações, notificações, entre outros, na Rua Joaquim Nabuco, nº 200, Timbó, Abreu e Lima/PE, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
(DPVAT/ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO)

Contra: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, inscrita no CNPJ sob número 33.054.826/0001-92, situada na Avenida Marques de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Recife/PE – CEP 50.030-000 e da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.031-205, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua o art. 98 e seguintes do CPC.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

Prima facie, em atendimento ao disposto no art. 319, VII, do CPC e ainda por se tratar de matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, sendo imprescindível a realização de prova pericial, o autor não opta, inicialmente, pela realização da audiência de conciliação, sem que seja realizada perícia judicial.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 12 de setembro de 2016, quando conduzia a motocicleta pela via pública, momento em que perdeu o controle e caiu ao solo, com o impacto o Autor sofreu lesões de natureza grave, sendo socorrido pelo SAMU para a UPA DE IGARASSU e posteriormente para o Hospital Miguel Arraes,



conforme Boletim de Ocorrência e Laudos Médicos em anexo.

NO LAUDO MÉDICO, atesta que o Autor sofreu TRAUMA DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO + FRATURA/LUXAÇÃO DO COTOVELO ESQUEURDO, conforme documentos em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito, o Autor de posse de todos os documentos, requereu administrativamente o Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que, a seguradora, pagou, através do CONSÓRCIO DAS SEGURADORAS, a importância de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), conforme comprovante em anexo.

A FENASEG, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), que reduz o valor a ser pago afirmando que cada órgão tem um percentual, o que vai de encontro ao art. 3º e 5º ambos da Lei nº 6.194/74.

Acontece que, o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ser reduzindo, visto que, uma norma não pode ficar condicionada a uma diretriz das seguradoras que exploram o seguro obrigatório em nosso país.

A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente.

A posição da Demandada se confronta com as Leis ns. 6.194/74, e, 8.441/92, que delibera sobre o pagamento do DPVAT, afirmando que o seguro obrigatório, poderá ainda ser requerido a qualquer uma das Seguradora, que façam parte do Convênio.

DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA PELA PROMOVIDA:

O Presidente Inácio Lula da Silva, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia à 40 (quarenta) salários mínimos.

O novo texto passou a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; ”

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.

Assim foi que a Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, colocou os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras,



em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

Ora, Douto Julgador, foi pago ao autor a importância de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), como o valor estipulado pela norma legal corresponde à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de logo, se conclui que a Demandada, deve indenizar o promovente no valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), valores estes que devem incidir juros de 1%, retroativos a data do sinistro, por trata-se de crime de apropriação, aplicando-se a Sumula 54 do STJ, no caso em tela.

DO VALOR DO DPVAT, ATRELADO APENAS AO QUANTUM

DA LEI 11.482/2007.

A Lei n. 6.194/74, mesmo com as alterações sofridas pela Lei nº 11.482/2007, em momento algum, faz uso, referência a aludida “Tabela”, como base de calculo, mas tão somente a ocorrência do dano.

A prova do dano fora perfeitamente identificada, apreciada pela seguradora, visto que, já houve um pagamento administrativo, efetuado de forma a menor em prejuízo do autor, no valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

O cálculo é simples se o valor da indenização, em casos de invalidez nos exatos termos do Art 3º, inciso II da Lei 11.482/2007, II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deve a seguradora pagar como forma de indenização o valor da diferença no quantum de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), retroativos a data do pagamento a menor.

Como se não bastasse reduzir os valores do DPVAT, que o faz tomando como base a Resolução tomada pela demandada como amparo, nasce de lavra do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), não tendo força de lei, serve apenas para apoiar o ato ilícito patrocinado pelas seguradoras que exploram esse ramo de atividades em nosso país.

Nunca é demais ratificar que a Lei n. 6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradora, dentre as quais figura a recorrente, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

As provas colecionadas pelo requerente, aponta, retratam a debilidade a que ficou restrito a autora. Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a simples ocorrência do acidente e da extensão do DANO por ele provado.

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO:

PELO EXPOSTO, requer a V.Exª, com fundamento no art. 3º, II, e art. 5º ambos da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), referente a complementação do seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, adquirida através de sinistro



de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citado o Promovido, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR (Correios e Telégrafos);
2. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha inicio a instrução e julgamento;
3. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos;
4. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos a data do sinistro;
5. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
6. Requer ainda a parte autora que caso a parte demanda não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir sobre o quanto a multa de 10% (dez) por cento, como determina o art. 475-J, do CPC;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser pobre na forma da lei;

Dá a presente causa o valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Recife, 06 de setembro de 2017.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB/PB 9949



PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vendedor (atualmente desempregado), portador do RG nº 7.409.803 SDS/PE e do CPF nº 093.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66, Quadra: 106, Caetés I, Abreu e Lima/PE, CEP: 53.530-640.

Constitui e nomeia:

- **Bel. ADSON JOSÉ ALVES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE 1292-A, CPF nº 917.578.194-87, e-mail: adsonadv@hotmail.com;
- **Bela. ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS**, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 7.742.986 SSP/PE e do CPF nº 884.647.684-00, e-mail: balbinospe@hotmail.com.

como seus procuradores, podendo ser intimados na Rua Joaquim Nabuco nº 200, Timbó, Abreu e Lima, Estado de Pernambuco, onde receberão as intimações e notificações de praxe; ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula “ad Judicia”, art. 38 parte final do CPC, especialmente para **AJUIZAR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO**. Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor e firmar acordos entre as partes, receber intimações, transigir, apresentar réplica, oposições, receber valores e dar quitação, receber alvarás judiciais junto aos cartórios das serventias judiciais, apresentar recurso e contra razões junto ao Tribunal de Justiça, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo acompanhar todo processo até o final do julgamento e finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. *Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente instrumento.*

Abreu e Lima/PE, 14 de agosto de 2017.

Outorgante: Rodrigo M.C. da Silva

Isento de reconhecimento de firma, face a Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vendedor (atualmente desempregado), portador do RG nº 7.409.803 SDS/PE e do CPF n.º 093.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66, Quadra: 106, Caetés I, Abreu e Lima/PE, CEP: 53.530-640. **DECLARA**, para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova Junto a **VARA CIVEL DA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO**, nos termos do Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por não ter condições financeiras de suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, principalmente para ingressar com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**. Declara ainda ser conhecedor das sanções administrativas e Criminais, caso a presente não retrate a verdade. Nada mais a constar, assino o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Abreu e Lima/PE, 14 de agosto de 2017.

Declarante: Rodrigo M. C. da Silva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
7409803 SDS PE

CPF
093.425.524-55

DATA NASCIMENTO
09/12/1990

FILIAÇÃO
ELPIDIO CARNEIRO DA
SILVA NETO
NADIA MARIA MARTINS
DA SILVA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06327312360

VALIDADE
12/07/2019

1ª HABILITAÇÃO
20/03/2015

OBSERVAÇÕES
Exerce Ativ Remunerada

Assinatura do Portador
Rodrigo M.C. da Silva

LOCAL
PAULISTA - PE

DATA EMISSÃO
18/07/2016

Assinatura do Emissor

83098913866
PE073930784

DETRAN - PE - PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1300805184

PROIBIDO PLASTIFICAR
1300805184



 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 006132 Série 000034

Rodrigo Martins e. da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR





QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Rodrigo Martins Carneiro da Silva

Loc. Nasc. Recife Est. PE Data 09/12/90

Filiação Belidio Carneiro da S. Neto e Nodia Maria Martins da Silva

Doc. N° RG 7409603 SDSI PE

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ____/____/____ Doc. Ident. N° ____

Exp. em ____/____/____ Estado ____

Obs.: ____

Data Emissão 22/03/09 DRT SDSI PE

M^a de Lourdes de S. Barbosa
Mat. 127.155-5
[Assinatura]
Assinatura do Funcionário



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador CASA PÍO CALÇADOS LTDA.
 CNPJ/MF 06.964.399/0033-56
 Rua DANTAS BARRETO N° 569
ST. ANTONIO - CEP: 50.010-360
 Município RECIFE - PERNAMBUCO Est. PE
 Esp. do Estabelecimento
 Cargo Vendedor
 CBO n° 521110
 Data admissão 03 de novembro de 2015
 Registro n° Fls. /Ficha 721
 Remuneração especificada 3% (TRÊS POR CENTO)
SOBRE SALÁRIO MENSAL + R.S.R.
CASA PÍO CALÇADOS LTDA.
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Data saída 01 de agosto de 2016
CASA PÍO CALÇADOS LTDA.
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CNPJ/MF
 Rua N°
 Município Est.
 Esp. do Estabelecimento
 Cargo
 CBO n°
 Data admissão de de
 Registro n° Fls. /Ficha
 Remuneração especificada
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Com. Dispensa CD N°

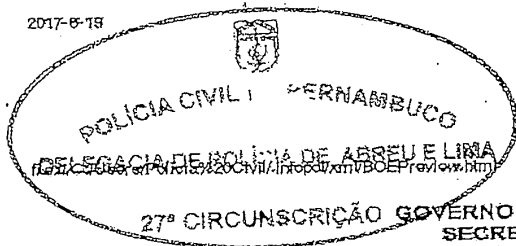
CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CNPJ/MF
 Rua N°
 Município Est.
 Esp. do Estabelecimento
 Cargo
 CBO n°
 Data admissão de de
 Registro n° Fls. /Ficha
 Remuneração especificada
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1ª 2ª
 Com. Dispensa CD N°



2017-0-19

Boletim de Ocorrência



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 027ª CIRCUNSCRIÇÃO - ABREU E LIMA - DP27ªCIRC DIM/8ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0117001633

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 19/06/2017 às 15:10

OUTRAS OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO - Guincho (Consumado), que aconteceu no dia 12/9/2016 às 06:50

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CAETES I (BAIRRO), 1, AVENIDA D - Bairros CAETES I - ABREU E LIMA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR AGENTE)
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino - Nome: **NADIA MARIA MARTINS DA SILVA** Data de Nascimento: 01/12/1990 Nacionalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Nacionalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO), que estava em posse do(a) Sr(a): **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA YAMAHA YBR 125E FACTOR** Objeto apreendido: Não
Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: **PFA4529** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

Ano Fabricação/Modelo: **2010/2011**

Descrição: **EM NOME DE RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA**

Complemento / Observação

DECLARA A VITIMA QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA PLACA PFA-4529 QUANDO PERDEU O CONTROLE VINDO A CAIR SOFRENDO FERIMENTOS SENDO SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAES DE ACORDO COM O PRONTUARIO Nº344780

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Rodrigo Martins c. da Silva
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **AILTON GOMES DA SILVA** - Matrícula: 2212625

Assinado eletronicamente



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 06/09/2017 14:50:03

https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17090614470878500000023054575

Número do documento: 17090614470878500000023054575


Num. 23320147 - Pág. 1

**SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaração de número 0030/2016

Atendendo ao requerimento do Sr. Rodrigo Martins Carneiro da Silva RG 7.409.803 SDS PE, CPF 093.425.524-55 que baseada na ficha de ocorrência Nº225747 do dia 12 de Setembro de 2016, foi atendida pelo nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Abreu Lima, por volta das 05:50min vítima de queda de moto na rua :89, n 66 nas proximidades do lava jato Caetés I sendo em seguida removido para UPA de Igarassu.



Alice M. Jorge Amaro
Coordenadora do SAMU Abreu e Lima
Coren-383594

Rua: Caruaru s/n Caetés velho I CEP 53550590 – Abreu e Lima/PE.

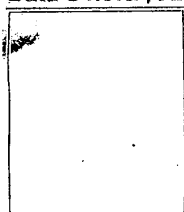


UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 12/09/2016 06:37

	Nome Paciente:	RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
	Cód. Paciente:	
	Data de Nascimento:	08/12/1990
	Sexo:	Feminino
	Idade:	25
	Senha:	0016
	Convênio:	-
Atendimento:		
SAME:		

Período: 12/09/2016 06:39 - 12/09/2016 06:40

JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: NÃO URGENTE - VERDE
Cor:  VERDE

Queixa Principal: SUSPEITA DE LUXAÇÃO EM MSE APÓS ACIDENTE DE MOTO

Observação: ACIDENTE DE MOTO.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR LEVE (1-3/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Acolhido(a) por: JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 12/09/2016 06:40



EVOLUÇÃO CLÍNICA (pareceres, resultado de exames, etc.)

04.50

Exatidão na avaliação da lesão do
cotovelo (E)

CD: Alta hospitalar com fadiga muscular
e emagrecimento q/ uso de
ambulatorial

Dr. Bruno Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PE 22.367

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM (ASS/COREN)

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL (ASS/CRESS)

DESTINO:

ALTA: () Melhorada () Com Atestado () Com Prescrição

() TRANSFERÊNCIA LOCAL: _____ SENHA: _____

() ÓBITO Data: ____/____/____ ÀS _____ () ATESTADO DE ÓBITO () SVO () IML

Médico / Cremepe:

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS

Responsabilizo-me pela recusa do tratamento médico proposto e saída deste serviço de saúde, assim como tenho absoluto conhecimento sobre todas as consequências que deste ato possam advir.

DATA: ____/____/____ HORA: ____:____

NOME LEGÍVEL: _____

RG: _____

GRAU DE PARENTESCO: _____

ASSINATURA: _____

RECEPÇÃO / CARIMBOS:

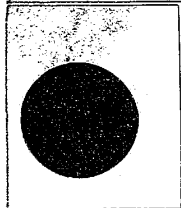


HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 13/09/2016 16:33



Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente: 10899
Data de Nascimento: 09/12/1990
Sexo: Masculino
Idade: 25
Senha: 0025
Convênio: 2 - SUS - EXTERNO / URGENCIA
Atendimento: 344780
SAME: 5413



Handwritten notes:
a5
18:30

Período: 13/09/2016 16:39 - 13/09/2016 16:40

AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: URGENCIA AMARELO

Cor: AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE ENCAMINHADO POR DR MARCIO, VITIMA DE QUEDA DA MOTO, EVOLUIU COM FRATURA /LUXAÇÃO DE COTOVELO E.

Observação: NEGA ALERGIAS, DM E HAS.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Criminador(es):
- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
- FERIMENTO SEM SANGRAMENTO ATIVO
- DOR MODERADA (4-7/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Handwritten stamp:
REVISÃO
MEPI - HMA

Handwritten stamp:
FOTOGRAFADO
19/09/16
F. [illegible]

Acolhido(a) por: AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 13/09/2016 16:40

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Atendimento: **344780**

Senha da Classificação:

0025

Data e Hora: 13/09/2016 16:36

Paciente: 10899 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
 Data do Nascimento: 09/12/1990 Idade: 25 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA
 Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
 Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA CRM: 12346
 Endereço: RUA OITENTA E NOVE 66 Bairro: CAETES I
 Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Usuário Atendimento: JOSEANABRO

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

so: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

*Paciente em fratura de
 fêmur do tipo 1/4/4 +*

Exame Físico

*fratura/lesão de osso exp.
 (hemorragia por exp.)*

Hipótese Diagnóstico

Disfunção do asso. c/ m.

Prescrição Médica

*fratura fechada de osso
 fêmur exposto*
*Obs: Paciente realista fr. de osso.
 Redução do asso. c/ m. imediata.*

Assinatura e Carimbo/Médico

Assinatura e Carimbo do Médico

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência

() Transferido: Para

() Encaminhado ao setor de internação

Senha:



DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento..... : 344780 Prontuário: 10899 SAME: 5413 Hora Atend: 16:36 Data Atend: 13/09/2016
Paciente..... : RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Idade: 25 a
Endereço..... : RUA OITENTA E NOVE
Bairro..... : CAETES I
Cidade..... : ABREU E LIMA UF.: PE CEP: 53530640
Convênio..... : SUS - EXTERNO / URGENCIA Plano...: PLANO UNICO
CID Principal..... : -
CID's Secundários. :
Resultado..... : ALTA APOS MEDICACAO
Data Saída..... : 13/09/2016 Hora Saída : 18:30

Prestador da Evolução Médica: PLANTONISTA ORTOPEDIA

PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



SINISTRO 3170377778 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

CPF/CNPJ: 09342552455

Posição em 03-08-2017 08:52:17

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 945,00

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
04/08/2017	R\$ 945,00	R\$ 0,00	R\$ 945,00

Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 06/09/2017 14:50:05



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

DECISÃO

Inicialmente, ante o permissivo do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, **defiro o benefício da gratuidade da justiça**, sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (NCPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (NCPC, art. 98, § 4º)

No caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), entendo ser necessário determinar a produção de prova pericial (art. 370, *caput*, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, por conseguinte, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC.

Assim, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270, para, **independentemente de compromisso**, atuar no presente procedimento como **perito oficial**, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC.

Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017.

Intime(m)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD.

Conforme data informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no **dia 28 de fevereiro de 2018, a partir das 08:00 horas até as 10:00 horas**, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270.

Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, **cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo COM resolução do mérito**.

Caso entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista.

O(s) laudo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.

Com a juntada aos autos do laudo pericial e depositados os honorários periciais, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me concluso, certificando-se.



Recife, 02 de janeiro de 2018.

Rafael de Menezes
Juiz de Direito



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) DECISÃO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Decisão, em parte: " [...] Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCP. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017. Intime(m)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. [...]"

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Endereço: AV MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE, RECIFE - PE - CEP: 50030-000

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) /DECISÃO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Decisão, em parte: " [...] Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017. Intime(m)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. [...]"

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 26887779, conforme segue transcrito abaixo:

" Inicialmente, ante o permissivo do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, defiro o benefício da gratuidade da justiça, sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (NCPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (NCPC, art. 98, § 4º) No caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), entendo ser necessário determinar a produção de prova pericial (art. 370, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, por conseguinte, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC. Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017. Intime(m)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Conforme data informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no dia 28 de fevereiro de 2018, a partir das 08:00 horas até as 10:00 horas, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270. Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo COM resolução do mérito. Caso entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista. O(s) laudo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. Com a juntada aos autos do laudo pericial e depositados os honorários periciais, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me concluso, certificando-se. Recife, 02 de janeiro de 2018. Rafael de Menezes Juiz de Direito. "

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR
Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE.

Ref. Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001 - Seção B

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora de capital privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, com endereço na Avenida Marques de Olinda, 175 – Recife Antigo – Recife e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe move **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**, respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar sua

CONTESTAÇÃO

com fulcro nos artigos 335 e seguintes do CPC e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

DOS FATOS

Alega a autora ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico causado por veículo identificado, ocorrido em **12.09.2016**, no qual sofrera lesões, acreditando fazer *jus* ao recebimento junto a Seguradora - Ré, de indenização por invalidez permanente de acordo com o previsto em lei.

Para tanto, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da suposta verba indenizatória, com juros de mora e correção monetária, além do pagamento das custas e honorários advocatícios.

PRELIMINARMENTE

DA IMPRESCINDÍVEL RETIFICAÇÃO DO PÓLO PASSIVO

Inicialmente, incube salientar que deve constar no pólo passivo da presente demanda a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04.

Conforme prevê o artigo 5º da resolução do CNSP nº. 154 de 2006, as sociedades



seguradoras que operam no seguro DPVAT devem aderir a dois consórcios específicos, **com entidade líder**, nos termos do parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal.

Além disto, o artigo 1º da portaria nº. 2797/2007 da SUSEP concede autorização à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ratificando, no artigo 2º, sua função de entidade líder dos consórcios, sendo certo que ela deve representar as seguradoras do consórcio.

Para que não haja quaisquer dúvidas acerca da necessidade de inclusão da Seguradora Líder no pólo passivo e exclusão da ré, basta observar o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo 5º da resolução em comento. Confira-se:

Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Diante disso, considerando que a presente demanda versa sobre o pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT, é evidente que se faz necessária a retificação do pólo passivo da demanda, para que passe a constar a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Cep.: 20031-205, Rio de Janeiro/RJ.

**DA IMPRESCINDÍVEL OITIVA DO AUTOR EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E
JULGAMENTO E A
REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO PERICIAL**

Inicialmente, a peticionante pugna pelo agendamento da Audiência de Instrução e Julgamento, a fim de que seja a parte demandante ouvida para os devidos esclarecimentos, tais como: data, local e dinâmica do sinistro, características do veículo causador do acidente, confirmação da legitimidade e se houve ou não acionamento administrativo, assim como o seu resultado sem ou com pagamento da indenização e o respectivo valor.

Ressalte-se que o objeto desta demanda se enquadra perfeitamente no que disciplinam os artigos 357, inciso V, 358 e 361, todos do Código de Processo Civil, requerendo, portanto, o agendamento da AIJ.

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

Art. 358. No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.

Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:

II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

Tudo sem prejuízo de outros questionamentos e produção de provas que Vossa Excelência entenda necessária para a comprovação do fato, da lesão alegada e o nexo de causalidade, além dos demais esclarecimentos definitivos à adequada defesa e regular condução do processo.



Soma-se a isso, a necessidade de determinar o Exame Médico Pericial, a fim de que se apure a lesão e a sua quantificação, nos termos da Lei nº 6.194/74 e as suas reformas.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

É imperativo, ainda, que o ilustre julgador observe atentamente a comprovação do nexo causal entre a invalidez do autor e o suposto acidente automobilístico noticiado, a fim de aferir verossimilhança ao pleito autoral, além de oportunizar à contestante o mais amplo e irrestrito devido processo legal, com a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 5º, incisos LIV, LV, da CF/88.

Art. 5º.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Porquanto, somente através do Boletim de Ocorrência expedido por autoridade policial competente, narrando minuciosamente o ocorrido, bem como a comprovação da lesão e a sua extensão, através de Laudo Oficial do IML, será possível estabelecer o elo entre a alegada invalidez e o acidente automobilístico.

Por fim, faz-se necessário, igualmente, deixar claro a obediência aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade nos eventuais pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT, quando se tratar de invalidez permanente.

DO MÉRITO

DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA

Conforme confessado, a autora já recebeu a quantia de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **12.09.2016**.

Como se vê, a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.

De fato, ao receber o valor apurado e determinado em perícia realizada em processo administrativo, o autor firmou a autorização de pagamento e outorgou quitação.

Como em nenhum momento a autora requereu a desconstituição da quitação por ele outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio



jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece ao Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como a autora em momento algum ataca a autenticidade da autorização de pagamento firmada, esta por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:

“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça consagram o entendimento acima exposto:

“DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte acidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a presunção é a de que a quitação seja completa e definitiva.” (TACMG. Apelação Cível nº 382.199-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupidowski, J. 6/02/2003).

“Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido.” (TJRJ. Apelação Cível n.º 2000.001.03909, – 14ª Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

“Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito”. (STJ. RESP n.º 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 29/11/1993, in D.J. 7/02/1994).



Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação da autora nas verbas sucumbenciais.

**AUSÊNCIA DE LAUDO QUE ATESTE A INVALIDEZ
EM GRAU SUPERIOR AO QUE FOI APURADO E PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA –
IMPUGNAÇÃO AO LAUDO ANEXADO**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na inicial, que a parte autora, pretende ser indenizada, através do seguro DPVAT, por invalidez resultante de um acidente automobilístico.

Contudo, conforme esclarecido, não juntou qualquer documento que pudesse atestar o GRAU da suposta lesão, nem o seu caráter permanente, em percentual superior ao que foi apurado e pago pela seguradora.

Com efeito, para que o pleito pudesse prosperar, indispensável se torna a apresentação de documentos oficiais que atestem A EXISTÊNCIA DE LESÃO DE CARÁTER PERMANENTE, com o grau da limitação sofrida, no caso, o laudo do Instituto Médico Legal, atestando, para todos os fins, que realmente houve sequela de caráter permanente, e o grau de comprometimento do órgão ou membro afetado.

Neste diapasão tem-se que o artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei 8.441/92, diz, *in verbis*:

§5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Sendo certo que é ÔNUS DA PARTE AUTORA PROVAR QUE A INVALIDEZ FOI DE TAL GRAVIDADE, QUE REMETA A PAGAMENTO SUPERIOR AO QUE EFETIVAMENTE FOI PAGO PELA SEGURADORA.

Desta forma, observamos que a indenização a que a vítima tem direito já foi integralmente liquidada na via administrativa.

Assim como não consta nenhum Laudo oficial do IML que ateste grau diferente do correspondente ao pago em sede administrativa pela Seguradora, requer a extinção do processo, com resolução de mérito, de acordo com o inciso I do Artigo 487 do Código de Processo Civil.

VALOR DA INDENIZAÇÃO
MEDIDAS PROVISÓRIAS 340/2006 E 451/2008 CONVERTIDA NAS LEIS Nº
11.482/2007 E 11.945/2009

A autora noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia **12.09.2016**.

Assim, tendo o sinistro acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas



pelas Leis nº. 11482/2007 e nº. 11945/2009.

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – (...)

II - **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**; e

III – (...)” (grifos nossos)

Grifamos a palavra “ATÉ”, pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º. do artigo 3º., conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de **repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de **média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de **leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de **sequelas residuais**.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º. do artigo 5º.:

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.



As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.495/2009, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ.

No caso em tela, a lesão apresentada pela autora, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi de **R\$ 945,00 correspondente ao grau da lesão sofrida pela vítima, conforme perícia realizada durante processo regulatório para pagamento administrativo.**

**O SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA aprovou o seguinte enunciado de súmula:
DPVAT**

O seguro DPVAT é objeto da Súmula 474: “À indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, *“tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualam”*, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

No caso concreto a requerente não carreu aos autos laudo do IML quantificando as lesões de caráter permanente em grau superior ao verificado na via administrativa. Portanto, deve o feito ser extinto com resolução de mérito.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO

A incidência da correção monetária nos **débitos decorrentes de decisão judicial** foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º **Nos demais casos**, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação”.

O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado, editando o Decreto nº 86.649, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

“Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo **coeficiente** obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (**dividendo**) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do **título (divisor)**, com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.

Parágrafo único. **Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.”**



A redação supra permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZA DO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do ajuizamento da ação

Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do art. 783 do Código de Processo Civil, assim:

“A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”

Por sua vez, o art. 784 do codex instrumentallis elenca, nos seus XII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, **o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.**

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, *quantum* indenizável etc. **O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.**

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se **NOS DEMAIS CASOS** previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como **DIVISOR**, o índice de atualização vigente **NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.**

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro *DIVISOR* representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou.

JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**



A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a mens legislatoris de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É CONTRATUAL E NÃO EXTRACONTRATUAL.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, não é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: “**Contam-se os juros de mora desde a citação inicial**” (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85, § 2º, do CPC.



Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

CONCLUSÃO

Inicialmente, requer a retificação do pólo passivo da demanda, para que passe a constar a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.**

Ante tudo o quanto foi exposto, que seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no artigo 487, I do CPC, em razão da perda do objeto, tendo em vista o pagamento integral da indenização, somado ao fato de não haver comprovação nos autos de que há invalidez em grau superior ao verificado em sede administrativa pela Seguradora.

Caso este não seja o entendimento de Vossa Excelência, que sejam atendidas as questões suscitadas inicialmente, especialmente, a oitiva do autor para esclarecimentos dos fatos alegados e a realização de exame médico pericial minucioso, como determina a Lei.



Para tanto, requer a ré a juntada do rol de quesitos a serem respondidos pelos peritos, consignando, na oportunidade, que os honorários periciais fiquem a cargo da parte autora.

Requer sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2008, mantidas pelas Leis 11482/2007 e 11.945/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

Protestando provar o exposto pelo **DEPOIMENTO PESSOAL DA AUTORA**, sob pena de confesso a fim de seja confirmado se recebeu a indenização por livre e espontânea vontade sem coação ou qualquer vício; bem como de prova testemunhal e juntada de documentos suplementares.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS, OAB/PE sob o nº 29.559**, na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos do Arts. 272 e seguinte do CPC.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Recife, 19 de janeiro de 2018.

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/PE sob o nº 29.559

QUESITOS

- 1 - Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado.
- 2- Queira o Sr. Perito informar se existe nexos causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no autor.
- 3 - Queira o Dr. Perito esclarecer se a lesão sofrida pelo periciado é de molde a deixar seqüelas que resultem na sua invalidez permanente.
- 4- Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função de acidente automobilístico ou outras causas.
- 5- Queira o Dr. Perito esclarecer se a perda ou diminuição de função de algum órgão do periciado é de caráter temporário ou definitivo; e em que percentual este órgão está lesionado.
- 6-Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o que mais julgue necessário.



ANEXO

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2017

Carta nº: 11309472

A/C: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170377778 ASL-0261861/17
Vitima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à GENTE SEGURADORA S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01205/01206 - carta_01



Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2017

Carta nº: 11332830

A/C: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Sinistro: 3170377778 ASL-0261861/17
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00757/00758 - carta_02



Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2017

Carta nº: 11459696

A/C: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Sinistro: 3170377778 ASL-0261861/17
Vitima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**

Valor: **R\$ 945,00**

Banco: **104**

Agência: **000003122**

Conta: **0000033290-2**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	945,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 =	R\$	945,00
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01469/01470 - carta_15R



00020735



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3170377778 - 1
Nome do(a) Examinado(a): RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Endereço do(a) Examinado(a): R OITENTA E NOVE nº 66 - CAETES I - ABREU E LIMA/PE
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 7409803 - SSP
Data local do exame: 02/08/2017 RECIFE/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

LUXAÇÃO DE COTOVELO COM FRATURA DA CABEÇA DE RÁDIO ESQUERDO

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

REDUÇÃO DE FRATURA E LUXAÇÃO COM IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO PALMAR. REALIZOU FISIOTERAPIA E TEVE ALTA MÉDICA. APRESENTA LIMITAÇÃO DISCRETA DE SUPINAÇÃO DE ANTEBRAÇO ESQUERDO PASSIVA E ATIVA.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

DEFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

MANTIDO ENQUADRAMENTO DO MÉDICO EXAMINADOR -

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 02/08/2017

Médico Perito: FABIO SELERI FERNANDES CRM:52.63021-7/RJ

Fabio S. Fernandes
Medicina Interna
CRM 52.63021-7

Assinatura do perito Examinador - CRM





Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
PORTADOR(A) DO RG Nº 7.408.803 EXPEDIDO POR SDS-PE EM 06/10/14 E
CPF 093405524-55 /CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO VENDEZOR
E RENDA MENSAL DE R\$ 800,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3122 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 33.290-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Abreu e Luppke de 07 de Julho de 2014
LOCAL E DATA

Rodrigo Martins C. da Silva
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A470 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 29/06/2017

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA
PAG: 001

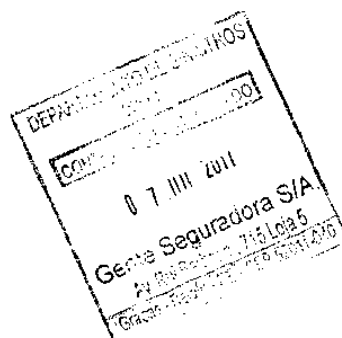
AG: 3122 ABREU E LIMA OPER: 013 CONTA: 33.290-2
PERIODO: 01062017 ATE: 29062017 CPF: 093.425.524-55
NOME: RODRIGO MARTINS C DA SILV VLR.BLQ.JUD. :

DATA MOV	NR.DOC	HISTORICO	T A X A	V A L O R	S A L D O
20/06/2017	000000	DP DINH AG	0,00000000	5509,55	5509,55

F1 AJUDA	F4 SALDO POR DATA LIMITE	F7 VOLTAR PAG.	5509,55 C
F3 RETORNAR	F6 EXTRATO ANTERIOR	F8 AVANCAR PAG.	F12 FINALIZAR



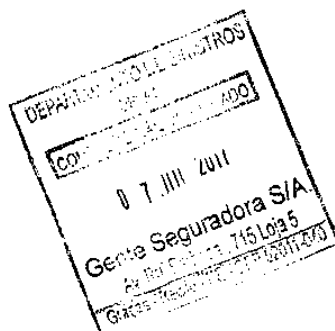
IGOR BURÉGIO MARANHÃO
Gerente de Atendimento Gov Social E E
Matr. 127.259-7
Ag. Abreu e Lima/PE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



DECLARAÇÃO

Eu, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,
Portador (a) do RG nº 7.409.803, e do CPF nº 093.425.524-55,
DECLARO, Para os devidos fins, junto a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A, que estive presente na Agência do BANCO: CAIXA ECONÔMICA,
e a conta de minha titularidade nº 33 290 - 2, agência nº 3122,
encontra-se ativa desbloqueada e sem limites para movimentação financeira, sendo possível o
depósito referente à minha indenização do seguro DPVAT. Pelo que firmo a presente.

Rodrigo Martins C. da Silva
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



2017-6-19

Boletim de Ocorrência

372752



0001

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 027ª CIRCUNSCRIÇÃO - ABREU E LIMA - DP27ªCIRC DIM/8ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0117001633

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 19/06/2017 às 15:10

OUTRAS OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO - Culposa (Consumado) que aconteceu no dia 12/9/2016 às 06:50

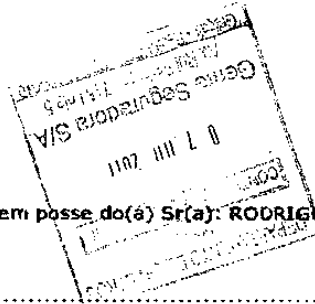
Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CAETES I (BAIRRO), 1, AVENIDA B - Bairro: CAETES I - ABREU E LIMA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvido(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino/Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Data de Nascimento: 9/12/1990 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO), que estava em posse do(a) Sr(a): RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/YAMAHA/YBR 125E FACTOR** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFA4529 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Ano Fabricação/Modelo: **2010/2011**

Descrição: **EM NOME DE RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA**

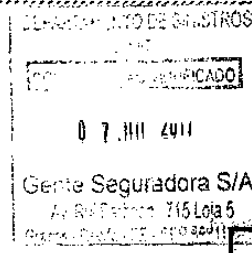
Complemento / Observação

DECLARA A VITIMA QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA PLACA PFA-4529 QUANDO PERDEU O CONTROLE VINDO A CAIR SOFRENDO FERIMENTOS SENDO SOCORRIDO PELO SAMU E ENCALENHADO PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAS DE ACORDO COM O PRONTUARIO Nº344789

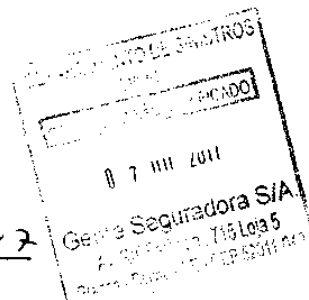
Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Rodrigo Martins c. da Silva
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **ALTON GOMES DA SILVA - Matrícula: 2212625**



UNIVERSITY OF INTERDISCIPLINARY STUDIES
0004
Announcement of Identification





"0005"

PM




**SAMU
192**

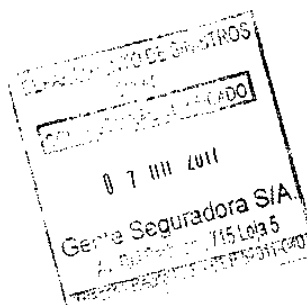
**SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaração de número 0030/2016

Atendendo ao requerimento do Sr. Rodrigo Martins Carneiro da Silva RG 7.409.803 SDS PE, CPF 093.425.524-55 que baseada na ficha de ocorrência Nº225747 do dia 12 de Setembro de 2016, foi atendida pelo nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Abreu Lima, por volta das 05:50min vítima de queda de moto na rua :89, n 66 nas proximidades do lava jato Caetés I sendo em seguida removido para UPA de Igarassu.


Alice M. Jorge Amaro
Coordenadora do SAMU Abreu e Lima
Coren-383594



Rua: Caruaru s/n Caetés velho I CEP 53550590 – Abreu e Lima/PE.



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	04/08/2017
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	945,00
--------------	--------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03122

CONTA: 000000033290-2

Nr. da Autenticação 699EB9CE55503C66





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,

RG nº 7.409.803, data de expedição 06/10/14, Órgão SDS-PE,

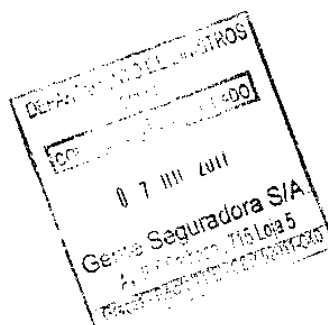
CPF nº 093.425.524-55, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA OITENTA E NOVE</u>
Número	<u>66</u>
Apto / Complemento	<u>QUADRA = 106</u>
Bairro	<u>CAETES I</u>
Cidade	<u>ABREU E LIMA</u>
Estado	<u>PERNAMBUCO</u>
CEP	<u>53.540-460</u>
Telefone de Contato	<u>81-3538-0069-98721-5834</u>
E-mail	<u>valtrinesr@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Abreu e Lima/PE 07/07/2017

Assinatura do Declarante: Rodrigo Martins e. da Silva



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DE PERNAMBUCO
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria 0800 282 5599
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE

NADIA MARIA MARTINS DA SILVA
CPF: 052.394.314-85

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA OITENTA E NOVE 66
Q 108
CAETES I/ABREU E LIMA
53530-640 ABREU E LIMA PE

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),
tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à
disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no
site www.celpe.com.br

DATA DE VENCIMENTO

22/06/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)

154,99

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

14/06/2017

DATA DA APRESENTAÇÃO

14/06/2017

NÚMERO DA NOTA FISCAL

001708845

CONTA CONTRATO

000508968035

Nº DO CLIENTE

2002154849

Nº DA INSTALAÇÃO

0000042094

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Monofásico

RESERVADO AO FISCO

D882.A566.988F.900E.064B.53DA.0C38.3B4C

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(KWh)	176,00	0,71248887	125,39
Acréscimo Bandeira VERMELHA			4,16
Contribuição Iluminação Pública			18,66
ICMS Subvenção-CDE-NF 001765871-13/04/17			0,99
Multa por atraso-NF 001765871 - 13/04/17			1,87
Multa por atraso-NF 001856612 - 15/05/17			2,51
Juros por atraso-NF 001765871 - 13/04/17			0,75
Juros por atraso-NF 001856612 - 15/05/17			0,66
TOTAL DA FATURA			154,99

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS		PIS		COFINS	
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
129,55	25,00	32,38	129,55	1,36	1,76
			129,55	6,22	8,05

Tarifas Aplicadas

Consumo Ativo(KWh) 0,48036000

HISTÓRICO DO CONSUMO

					KWh
JUN 17					176
MAI 17					193
ABR 17					157
MAR 17					200
FEV 17					200
JAN 17					231
DEZ 16					198
NOV 16					177
OCT 16					202
SET 16					195
AGO 16					194
JUL 16					192
JUN 16					188

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	34,04	26,26
Transmissão	3,59	2,37
Distribuição (Celpe)	28,66	22,89
Encargos Setoriais	11,16	8,61
Tributos	42,19	32,57
TOTAL	129,55	100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO KWh
00000000090758969	CAT	15/05/2017 17.800,00	14/06/2017 17.976,00	30	1,00000	0,00	176,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 17/07/2017

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
-----------	----------	---------------	-------------	------------	------------

DICNo.de horas sem Energia	PARATIBE II	0,00	4,95	9,91	19,82
FICNo.de vezes sem Energia		0,00	3,17	6,35	12,70
DMC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	2,77	0,00	0,00
DICR-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DCCR: 12,22

EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 43,59

Toda Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMC e DICR a qualquer tempo.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagamento em atraso gera: Multa 2%(Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m.(Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO
000508968035	06/2017	154,99	22/06/2017

TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado em leitora ótica.
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



compesa

ATENDIMENTO: AVENIDA EUCALIPTOS - MUN. - 02461 - MATINHA ABR
EU E LIMA PE 53560-440



CARTEIRA DE CLIENTE

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
R JOAQUIM NABUCO, N. 00200 - - TIMBO ABREU E LIMA PE 53520-17

INSCRIÇÃO: 168-136-120-0443-000 GRUPO: 7 DEB-AUTOMATICO-103668662

LIGADO **POTENCIAL**

A11F277112 02/03/2017 30/03/2012 MEDIA HD

AGUA:
LEIT ANT: 31 CONSUMO: 3
LEIT ATU: 31
LEIT FAT: 31 HD PARADO

HISTORICO DE CONSUMO

REFERENCIA CONSUMO	PARAMETROS	NUMERO DE AMOSTRAS		
		EXIG. PORT. MS 2.914/11	ANALISES REALIZ.	ATENDEM A LEGIS
02/2017 03	TURBIDEZ	48	48	48
01/2017 03	COR APARENTE	48	48	46
12/2016 03	COLOR RESIDUAL	48	48	44
11/2016 05	COLIF. TOTAIS	48	48	46
10/2016 02	E. COLI	48	48	48
09/2016 03				
MEDIA: 03				

Qualidade de Agua: www.compesa.com.br

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDICÖES SANITARIAS DA AGUA
(3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDICÖES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA

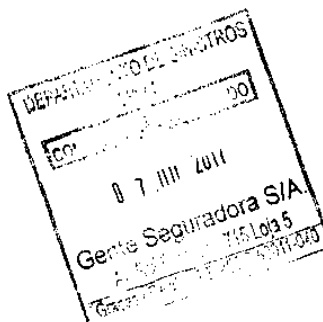
DESCRICAO DOS SERVICOS

	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	2 M3	40,14
COMERCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	1 M3	59,11
MULTA P/IMPONTUALIDADE 02/2017		2,22
JUROS DE MORA 12/2016		0,93

99,29 1,65 1,64

VENCIMENTO: 13/04/2017 TOTAL A PAGAR: 102,44

MENSAGEM:



DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. Contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF.

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu **ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS**, portador(a) do RG Nº 7.742.986

Expedido por **SDS/PE**, em **26/01/2005**, CPF/CNPJ nº **884.647.684-00**, na qualidade de

Procurador (a) /intermediário (a) do beneficiário (a)
RODRIGO MARTINS CARNERO DA SILVA do
 sinistro de DPVAT da natureza **INVALIDEZ** da vítima
RODRIGO MARTINS CARNERO DA SILVA e conforme

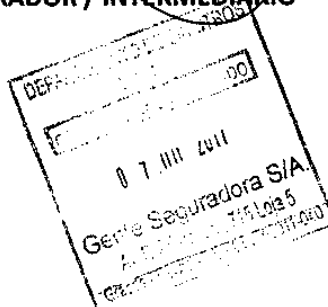
Determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: **recuso-me**

Renda Mensal: recuso-me

Documentos comprobatórios: **HABILITAÇÃO E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA**

ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO

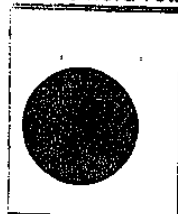


HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 13/09/2016 16:33



Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente: 10899
Data de Nascimento: 09/12/1990
Sexo: Masculino
Idade: 25
Senha: 0025
Convênio: 2 - SUS - EXTERNO / URGENCIA
Atendimento: 344780
SAME: 5413



Handwritten signature and date: 18/30

Período: 13/09/2016 16:39 - 13/09/2016 16:40

AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: URGENCIA AMARELO

Cor: AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE ENCAMINHADO POR DR MARCIO, VITIMA DE QUEDA DA MOTO, EVOLUIU COM FRATURA /LUXAÇÃO DE COTOVELO E.

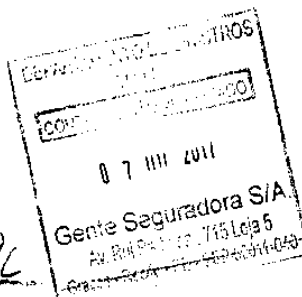
Observação: NEGA ALERGIAS, DM E HAS.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

criminator(es):
- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
- FERIMENTO SEM SANGRAMENTO ATIVO
- DOR MODERADA (4-7/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Handwritten stamp: REVISADO MIP - HMA



Acolhido(a) por: AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 13/09/2016 16:40

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





MIGUEL ARRAES

HOSPITAL MIGUEL ARRAES



Atendimento: 344780

Data e Hora: 13/09/2016 16:36

Senha da Classificação:

0025

Paciente: 10899 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
Data do Nascimento: 09/12/1990 Idade: 25 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA
Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA CRM: 12346
Endereço: RUA OITENTA E NOVE 66 Bairro: CAETES I
Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Usuário Atendimento: JOSEANABRO

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

SO: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

Paciente com história de
queda de topo há 1 mês +

Exame Físico

Retraído de apoio esp.
(testes para CP4)

Hipótese Diagnóstica

Discurso caso de

Descrição Médica

hábito contínuo de queda
+ de apoio esp.

Obs: Paciente registra tra de apoio.
Redução caso e de apoio.

Assinatura e Carimbo/Médico

Assinatura e Carimbo/Médico

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência

() Transferido: Para

() Encaminhado ao setor de internação

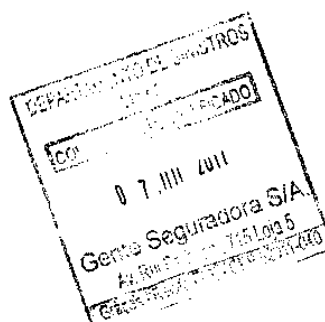
Senha: _____



DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento..... : 344780 Prontuário: 10899 SAME: 5413 Hora Atend: 16:36 Data Atend: 13/09/2016
Paciente..... : RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Idade: 25 a
Endereço..... : RUA OITENTA E NOVE
Bairro..... : CAETES I
Cidade..... : ABREU E LIMA
Convênio..... : SUS - EXTERNO / URGENCIA UF.: PE CEP: 53530640
CID Principal..... : Plano....: PLANO UNICO
CID's Secundários. :
Resultado..... : ALTA APOS MEDICACAO
Data Saída..... : 13/09/2016 Hora Saída : 18:30

Prestador da Evolução Médica: **PLANTONISTA ORTOPEDIA**



PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA



UMA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 12/09/2016 06:37

Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 08/12/1990
Sexo: Feminino
Idade: 25
Senha: 0016
Convênio:
Atendimento:
SAME:

Período: 12/09/2016 06:39 - 12/09/2016 06:40

JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: NÃO URGENTE - VERDE

Cor: VERDE

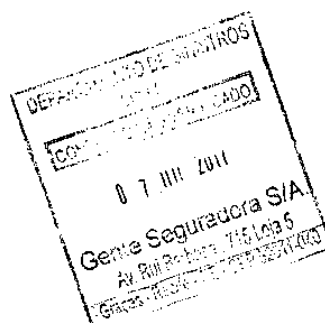
Queixa Principal: SUSPEITA DE LUXAÇÃO EM MSE APÓS ACIDENTE DE MOTO

Observação: ACIDENTE DE MOTO.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR LEVE (1-3/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA



Acolhido(a) por: JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 12/09/2016 06:40

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





Atendimento: 805867

Data e Hora: 12/09/2016 06:41

Senha da Classificação:

0016

Paciente: 211276 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
Data do Nascimento: 09/12/1990 Idade: 25 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO
Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567
Endereço: OITENTA E NOVE 66 Bairro: CAETES I
Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Cep: 53530640 Usuário Atendimento: KLEBERLS
RG (Identidade): 7409803 SDS Data de Emissão:
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone:
CRN(Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

PESO: ALTURA: TEMPERATURA: °C FC: bpm FR: rpm PA: mmHg
DATA: HORA:

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

Unidade de Pronto Atendimento há 3h, lesão no cotovelo direito (E)

EXAME FÍSICO:

Extremidade superior direita, insensível, supinada

Doença importante para o diagnóstico - cotovelo (E)

Na musculatura posterior do cotovelo da direita

HIPÓTESE (S) DIAGNÓSTICA (S):

+ Lesão do cotovelo

CC: Fratura no local de lesão

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

HORÁRIO

*07:35 Dipnóico O2FA + AD 2L por hora. Paciente recusa
medicação. Ausc. larolite 07:46 redução.
Tudo normal*

Dr. Bruno Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM PE 22.367

Médico / Cremepe:

ENCAMINHADO: () Ambulatório () Sala Verde () Sala Amarela () Sala Vermelha
Médico / Cremepe:



EVOLUÇÃO CLÍNICA (pareceres, resultado de exames, etc.)

24.03

Na Evolução-clínica relatamos da evolução do
Sintoma (E)

em: 4 Pts longitudinais com fadiga nos membros
e Enfraquecimento de movimento
ambulatorial

Dr. Bruno Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PE 22.387

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM (ASS/COREN)

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL (ASS/CRESS)

DESTINO:

ALTA: () Melhorada () Com Atestado () Com Prescrição

() TRANSFERÊNCIA LOCAL: _____ SENHA: _____
() ÓBITO Data: ____/____/____ ÀS _____ () ATESTADO DE ÓBITO () SVO () IML

Médico / Cremepe:

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS

Responsabilizo-me pela recusa do tratamento médico proposto e saída deste serviço de saúde, assim como tenho
absoluto conhecimento sobre todas as consequências que deste ato possam advir.

DATA: ____/____/____

HORA: ____:____

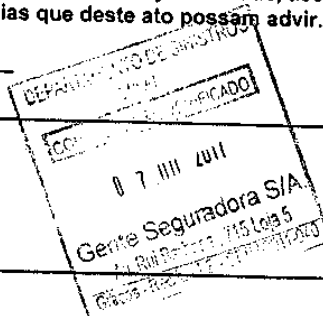
NOME LEGÍVEL: _____

RG: _____

GRAU DE PARENTESCO: _____

ASSINATURA: _____

RECEPÇÃO / CARIMBOS:





0012

Comprovante de residência
.....

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRAFEGO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: RODRIGO MARTINS CARMEIRO DA SILVA

DOC. IDENTIFIC. ORG. EMISSOR: 3409803-SP-PE

CPF: 093.425.924-55 DATA NASCIMENTO: 09/12/1990

PLACAO: SILVIO CARMEIRO DA SILVA NETO
MADIA MARIA MARTINS DA SILVA

PERMISSAO: [] ACC: [] CAC. HAB: []

Nº REGISTRO: 06327312360 VALIDADE: 12/07/2019 20/03/2015

OBSERVAÇÕES:
EXERC. ATIV. REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR: *Rodrigo M.C. da Silva*

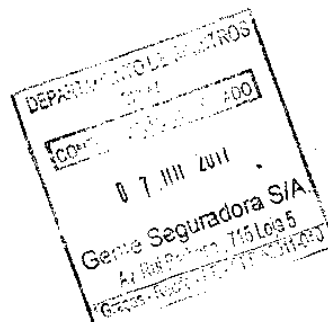
LOCAL: PAULISTA - PE DATA EMISSAO: 18/07/2016

ASSINATURA DO EMISOR: *[Assinatura]* 83098913866
PE073930784

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

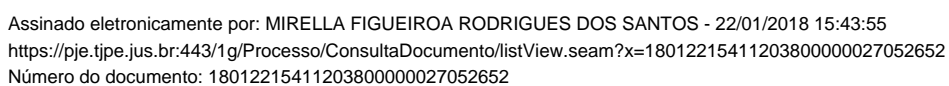
VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1300805184

PROIBIDA PLASTIFICAR 1300805184



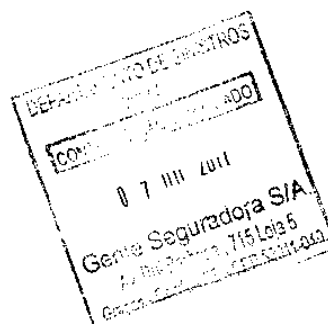
VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1222242405

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - PE		Nº 011580914092	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	256592322	*****	2014
NOME			
RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA			
ABREU E LIMA - PE			
CPF / CNPJ		PLACA	
075.140.684-81		PFA4529	
PLACA ANT. / UF		CHASSI	
***** / PE		9C8KEL500E0000723	
ESPÉCIE TIPO		COMBUSTÍVEL	
523 / MOTOCICLETA		GASOLINA	
MARCA / MODELO		ANO FAB.	ANO MOD.
YAMAHA / FACTOR YBR125 ED		2010	2011
CAP. / POT. / CIL.	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
2P / 124CL	PARTIC	PRETA	
COTA ÚNICA		VENC. COTA ÚNICA	VENC. / COTAS
IPVA 2014 QUITADO		1º *****	
FAIXA IPVA		PARCELAMENTO / COTAS	2º *****
1		*****	3º *****
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
SEGURO FOGO			
OBSERVAÇÕES			
AL FIM BANCO ITAUCARD SA			
Assinado eletronicamente por: Carlos Eduardo Póças Amorim			DATA
ABREU E LIMA			22/10/14
Carlos Eduardo Póças Amorim Casa Nova			



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3170377778 **Cidade:** Abreu e Lima **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA **Data do acidente:** 12/09/2016 **Seguradora:** Sabemi Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/07/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA-LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NÃO PERMITE AVALIAR SEQUELAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: JORGE ALBERTO C DE SOUZA

CRM do médico: 52.37730-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170377778 **Cidade:** Abreu e Lima **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA **Data do acidente:** 12/09/2016 **Seguradora:** Sabemi Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: LUXAÇÃO DE COTOVELO COM FRATURA DA CABEÇA DE RÁDIO ESQUERDO

Descrição do exame médico pericial: DÉFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

Resultados terapêuticos: REDUÇÃO DE FRATURA E LUXAÇÃO COM IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO PALMAR. REALIZOU FISIOTERAPIA E TEVE ALTA MÉDICA. APRESENTA LIMITAÇÃO DISCRETA DE SUPINAÇÃO DE ANTEBRAÇO ESQUERDO PASSIVA E ATIVA.

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 02/08/2017

Conduta mantida:

Observações: OBS - MANTIDO ENQUADRAMENTO DO MÉDICO EXAMINADOR

Médico examinador: FABIO SELERI FERNANDES

CRM do médico: 52.63021-7

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau residual - 10 %	7%	R\$ 945,00
Total			7 %	R\$ 945,00

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: JANICE DE ALMEIDA PINTO MIGUEZ

CRM do médico: 52.63583-9

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





PROCURAÇÃO PARTICULAR

BENEFICIÁRIO/VÍTIMA:

Nome: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Nacionalidade: BRASILEIRO Est. Civil: SOLTEIRO

Profissão: VENDEDOR

Identidade: 7409 803/SDS-PE CPF: 093 425 524-55

Endereço: RUA: OITENTA E NOVE, Nº 66, Q-106
CAETES I, ABREU E LIMA-PE, CEP-53 540-460

PROCURADOR:

Nome: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Nacionalidade: brasileira Est. Civil: solteira Profissão: Empresária

Identidade: 7.742.986 SDS/PE CPF: 884.647.684-00

Endereço: Av. Joaquim Nabuco nº 200, Timbó, Abreu e Lima -PE

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a qualquer Seguradora pertencente ao Consorcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Líder (Correios, Sincor (s) e Corretores), dar entrada em sinistro, enviar documentos relativo a pendências, receber correspondências, solicitar informações por escrito, e-mails ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, enfim, acompanhar todo e qualquer andamento relativo ao sinistro do beneficiário/vítima, até o término de sua liquidação, e finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.



ABREU E LIMA-PE 19/06/17

Local e data

Rodrigo Martins Carneiro da Silva

Assinatura do Beneficiário/Vítima

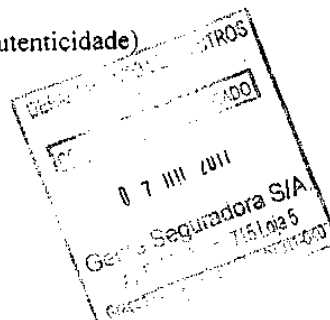
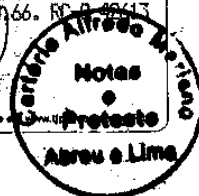
(Reconhecer firma por autenticidade)

Cartório Alfredo Mariano TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
DEL ALFREDO MARIANO DE BRITO - Tabelião / ROSA ANE B. MOREIRA - 1ª Substituta / LUCIANA O. DE LIMA MARQUES - 2ª Substituta
R. Cel. Eurico de Souza Nº 51 - Centro - Abreu e Lima - PE - CEP: 53.220-200 - Fone: (81) 3341.1307 / Fax: (81) 3341.1308 - E-mail: alfredo@cartorioam.com.br

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, Abreu e Lima/PE, 19/06/2017 20:54:50, em testemunho da verdade. Emolumentos: R\$ 3,98 TST: R\$ 0,78 Total: R\$ 4,76. R.O. 19/06/17

Luciana Oliveira de Lima Marques - Substituta
Selô digital: 0150607.HFP06201701.00293

consulta autenticidade



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE., nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,**

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



17º **Cartório de Notas**
 DA CAPITAL

Publicação: 02/03/2018, 08:00h
 164, Av. Com. 3, Conj. 05, Bloco 1, 1º Andar, 2012/000

CARTÓRIO DO 17º
 Rodolfo Belem
 Tabelião

Original e dou. té. que a presente original que foi apresentado. Cód: 18012215415183800000027052695
 Rio de Janeiro, 31 de março de 2018.

REPRODUÇÃO FIEL DO
 Original e dou. té. que a presente original que foi apresentado. Cód: 18012215415183800000027052695
 Rio de Janeiro, 31 de março de 2018.

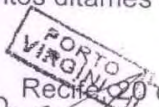
BRUNO RODRIGO PEREIRA GONÇALVES - ALF.
 EPPD-52096 PFI Consulte em <https://www3.tjrr.jus.br/sitrepubli100>

Serviço: 3.09
 Total: 1.81
 6.90

BRUNO RODRIGO PEREIRA GONÇALVES - ALF.
 EPPD-52096 PFI Consulte em <https://www3.tjrr.jus.br/sitrepubli100>



em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



Recife, 20 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgínio, Fone: (81)3224-8865 -Rua Tomazina, nº 121
Reconheço por **SEMELHANÇA** às assinaturas indicadas de **SERGIO DE PETRIBU BIVAR** e **JOSE TUPINAMBA COELHO**, a qual confere com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fé. Recife, 20 de fevereiro de 2014. Emol: R\$ 7,42

Em test^o de verdade.

Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada
Válido somente com o selo de autenticidade 15.58



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS

Buro Rodrigo Belem Gaspar
Gaspar

17º Ofício de Notas
Rua do Carmo, 53
Cidade do Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20030-000

Atestado de Originalidade
Certifico e dou fé que a presente cópia é a original que foi apresentado. Cód: X00000372/2016. Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EHD-52095 EVK Carimbo em https://www3.trf7.jus.br/sistemapublico

Assinatura : 5.09
Total : 1.81
Valor : 6.90

Assinatura : 5.09
Total : 1.81
Valor : 6.90

Assinatura : 5.09
Total : 1.81
Valor : 6.90



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)

Data, hora e local: dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

Convocação: anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

Presenças: a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Mesa: Presidente: Luciano Caldas Bivar
Secretária: Catarina de Petribú Bivar

Deliberações: considerando que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos:** **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 - bairro Afritos - Recife - PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 - Pina - CEP 51011-220 - Recife - PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói - RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012
SOB Nº: 20126891940
Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

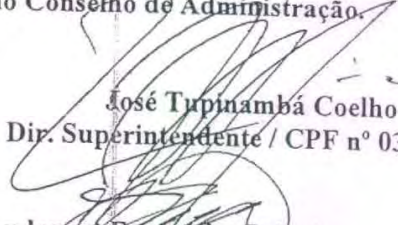
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO

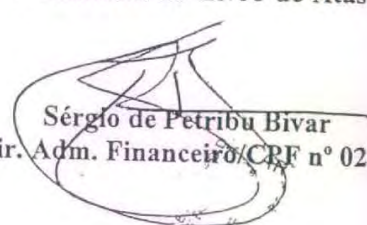


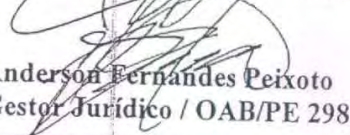


Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250 - SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Coifman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribu Bivar - Secretário / Luciano de Petribu Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.


José Tupinambá Coelho
Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91


Sérgio de Petribu Bivar
Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41


Anderson Fernandes Peixoto
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



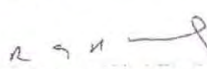
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº: 20126891940

Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETÁRIO GERAL





COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 35 / 2011

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto:
a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;
b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Art. 4º - O prazo de sua duração será indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembléia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembléias.

§ 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembléias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

§ 3º - A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



17º **Ofício de Notas**
DA CARTA

Taboão: Carlos Alberto Figueiroa dos Santos
Bairro: Centro, 61.000-000, Rio de Janeiro, RJ, 20.000-000

Original e dou fe que a presente copia é a
original que foi apresentado, Code: X000003720, Conf. por: 1.81
Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Bruno Rodrigo Keller Gaspar - Aut. Total : 6.70
EEND-52100 XAU Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sisrepublicao>

REPRODUÇÃO FIEL DO
ORIGINAL
NOTAS
313452

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Bruno Rodrigo Keller
Gaspar



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Art. 7º - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante a publicação de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.

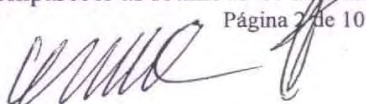
Art. 10 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

Art. 11 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembléia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembléia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembléia Geral.

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 2 de 10



17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Tableteiro: Carlos Alberto Figueiroa dos Santos
Rua do Carmo, 63, Apênto - Rio de Janeiro, RJ - 20030-000

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: X0000032005. Conf. por: 3.09
Rio de Janeiro, 31 de março de 2016. Serventia 134-FIN005 : 1.81

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. Total : 6.90
EPR0-52099 TCM Consulte em <https://www.tjrr.jus.br/sitrepablico>



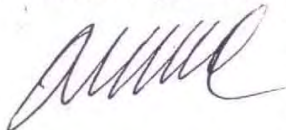
Art. 13 - O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III - estabelecer os limites operacionais de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV - examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V - estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI - convocar a Assembléia Geral;
- VII - manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII - escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX - autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X - aprovar o Regimento Interno;
- XI - declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII - deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII - deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV - vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV - aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI - decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII - submeter à Assembléia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII - decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX - deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX - distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembléia Geral;
- XXI - fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII - criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII - exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

Art. 15 - Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 2 de 10



17º Ofício de Notas
DIA CENTRAL

Tabella Centro Alameda
Rua do Com. 53 - Centro - 66010-000 - Belém - PA - Tel: 210-2800

CEP: 66010-000

Certifico e dou fe que a presente copia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: K0000032073. Conf. por: Rito de Janeiro, 31 de março de 2016.

Bruno Rodrigo Baley Gaspar - Aut. Serventia 14470005

ERFD-52106 Y01 Consulte em <https://www3.tjpa.jus.br/sitrepubliao>

Total : 5,09 : 1,81 : 6,90

EB674
AC3345B



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

Art. 16 - A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA

Art. 17 - A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

Art. 18 - O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

Art. 19 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

Art. 20 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

Art. 21 - A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

Art. 22 - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

Art. 23 - A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

Art. 24 - Compete à Diretoria:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- III - criar e extinguir dependências;
- IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Página 4 de 10



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Cartório de Notas
Rua do Carmo, 10 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-000 - Tel: 2107-8003

BB674
ACE3457

Certifico e dou, fe de a presente, copia e a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000392072. Conf. por: _____

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Serventia _____ : 3,09
Total _____ : 1,81
Total _____ : 6,90

Bruno Rodrigo Belas Gaspar / Aut. _____
EPPD-32105 EPP-Consultar em <https://www3.tjrj.jus.br/sitrepubblico>

CARTÓRIO DO 17º
Bruno Rodrigo Belas Gaspar
Escrivente
CUI nº 94.04761
R. Lei nº 8.936/94
RJ - 2015-01-15

Art. 25 - Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 26 - São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

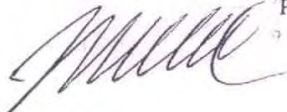
Diretor Presidente, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

Diretor Superintendente, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 5 de 10





c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

Diretor de Relações com a SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

Diretor Administrativo-Financeiro, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

Diretor Técnico, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

Diretor Comercial, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 8 de 10



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Taboão da Carbona, Alameda da Liberdade, nº 100, 1º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20130-000

BB674
ACC3455

Original e dou te que a presente copia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Conf: XXXXXXXX2070. Conf por: _____

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Bruno Rodrigo Bellem Gaspar - Aut.

EMO-52103 DA Capital te em <https://www3.trj.jus.br/si/repubblico>

Seventia : 5.09

UFFINOS : 1.81

Total : 6.90



Art. 27 - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

§ 1º - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

§ 2º - A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

§ 3º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

§ 4º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

§ 5º - O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

§ 6º - Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

Art. 28 - Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

Art. 29 - A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

Art. 30 - Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

Art. 31 - A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.

Página 7 de 10





§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembléia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

Parágrafo Único - Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33 - A Assembléia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subseqüentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembléia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

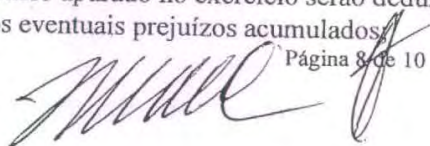
Art. 34 - Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS

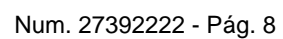
Art. 35 - O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 36 - Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:
a) os eventuais prejuízos acumulados.

Página 8 de 10



CARTÓRIO DO 17º
Bruno Rodrigo Belem
Gaspar
Escrivente
C.O. nº 94.04763
P.O. nº 6.93594
RJ



- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

Parágrafo Único - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Art. 37 - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

§ 1º - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

§ 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

Art. 38 - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembléia Geral determinar.

Art. 39 - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

Art. 40 - A Assembléia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Art. 41 - A Companhia, sua Assembléia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

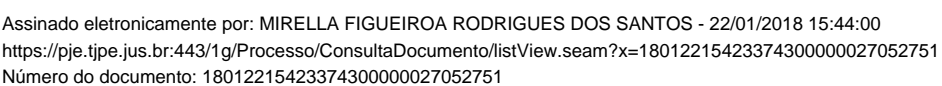
Art. 42 - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembléia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

Art. 43 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10

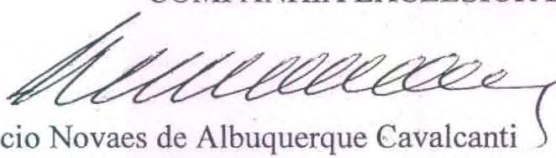


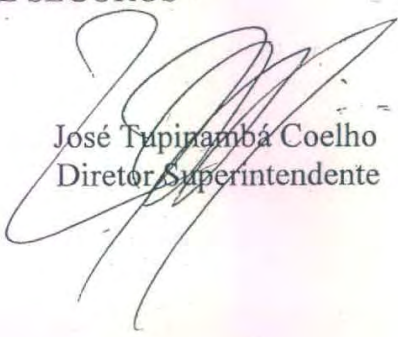



Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti
Diretor Presidente


José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente


Anderson Peixoto - OAB/PE 29854



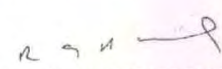
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011

SOB Nº: 20112015204

Protocolo: 11/201520-4

Empresa: 26 3 0001024 1
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL



17º Ofício de Notas
 DA CAPITAL

Cartório do 17º Ofício de Notas
 Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - N.º 276.950

Tablete: Carlos Alberto Figueiroa dos Santos
 Matr. 201.574

Original e do. té que a presente copia é a reprodução
 Original que foi apresentado. Cod: 700000372074. Dat. por
 Rio de Janeiro, 31 de março de 2018. Serventia
 10400005

Bruno Rodrigo Relem Gaspard - Adv.
 EMO-52107 CK Consulte em <https://www.tjrr.jus.br/sitrepubblico>

Cartório do 17º Ofício de Notas
 Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - N.º 276.950

Ofício de Notas
 Matr. 201.574

Valor Total
 5,09

Valor de Emenda
 1,81

Total
 6,90



PROTOCOLO



SUSEP
Superintendência de Seguros Privados

Expediente 10-004198/2011



EXCELSIOR
SEGUROS
DESDE 1943



Formulário de Abertura de Processo Administrativo - SUSEP

Nome da Empresa: **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**
Código: **0569-0**

- ☐ Aumento de Capital Social
☐ Cisão, Fusão ou Incorporação
☐ Constituição de Sociedade
☐ Consulta

- ☐ Desinvestidura de Administradores
☐ **Investidura de Administradores**
☐ Reavaliação de imóveis

Assunto:

- ☐ Redução de Capital Social
☐ Reforma do Estatuto Social
☐ Transferência de Carteira
☐ Transferência Controle Acionário
☐ Transformação em S/A
☐

Outros dados:

Data: 30/03/2011

- ☐ AGC - Assembleia Geral de Constituição
☐ **AGO - Assembleia Geral Ordinária**
☐ AGO/E - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
☐ AGE - Assembleia Geral Extraordinária
☐ RCD - Reunião de Conselho Deliberativo
☐ RCA - Reunião de Conselho Administrativo
☐ RD - Reunião de Diretoria
☐ Outros (especificar)

Observações:

Local e Data:

Recife (PE), 30 de março de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente

Sergio de Petribu Bivar
Diretor Administrativo/Financeiro

SUSEP

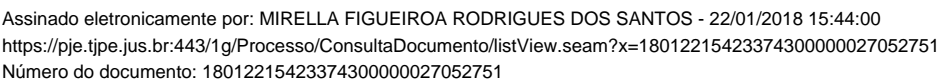
Raphael
29 ABR 2011

AGO 30.03.11 - formulário de abertura do processo.doc

PROTOCOLO

Página 1 de 1







À
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

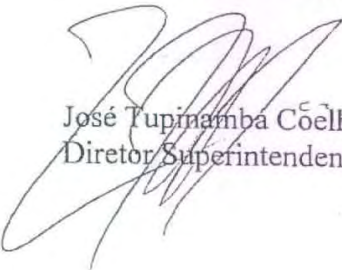
Interessado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Assunto: AGO de 30 de março de 2011

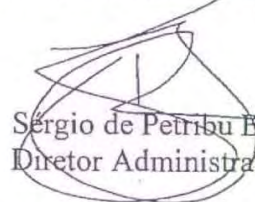
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, NIRE 26.3.0001024-1, com sede na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro do Recife – Recife PE, vem, por seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a homologação das deliberações aprovadas na **Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011**:

1. Investidura dos Administradores com a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014.
2. Ratificação das atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP, conforme legislação em vigor.
3. Fixação da remuneração dos Administradores.
4. Delimitação da área de atuação da Seguradora.

Recife (PE), 30 de março de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


José Tupinamba Coelho
Diretor Superintendente


Sérgio de Petribu Bivar
Diretor Administrativo/Financeiro



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabuleiro: Carlos Alberto Rodrigues dos Santos
Rua do Carmo, 83 - Centro - 66010-000 - Belém - PA

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Belém - PA

Cartório e dou fe que a presente com é a
original que foi apresentado. Cód: XXXXXXXX Conf. por: 3.09
Rio de Janeiro, 31 de março de 2016. Serventia : 1.81
14400005

BRUNO RODRIGO BELEN CASPER Ext. Total : 6.90

EPHO-52113 AED Consulte em <https://www5.tjri.jus.br/sitrepubblico>

AS 88674
R. 13465





COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2011

Dia, Hora e Local: Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

Quorum: Acionistas representando 99,59% do Capital, conforme assinaturas no Livro próprio.

Publicações: Convocação por Edital publicado nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 19, 23 e 25 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 21, 23 e 25 de março de 2011, após a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 12, 15 e 16 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 14, 16 e 18 de março de 2011.

Mesa: Presidente: Luciano Caldas Bivar
Secretária: Tatiana Tavares de Campos

Ordem do dia:

1. Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
2. Destinação dos resultados do exercício.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
4. Atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP.
5. Fixação da verba mensal global para a remuneração dos administradores.
6. Delimitação da área de atuação da Seguradora.
7. Outros assuntos de interesse social.

Deliberações: Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes à Assembléia os administradores da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei:

1. Pediu a palavra o Diretor Presidente, Dr. Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, para informar aos Srs. Acionistas que, considerando as mudanças significativas na implantação do novo Sistema, o que veio a prejudicar o cumprimento do cronograma de publicação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tais documentos não foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Folha



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
 Número do documento: 18012215423374300000027052751

de Pernambuco" até a presente data, reafirmando que, em nenhum momento, se houve a EXCELSIOR SEGUROS com negligência ou má-fé, reiterando que a empresa está passando por transtornos relacionados exclusivamente à implantação de novo Sistema, tendo em vista os contratempos gerados pela migração de dados, conforme já amplamente acompanhado pela fiscalização da SUSEP. Desta forma, considerando que, embora estejam os ajustes próximos do seu enquadramento, o prazo legal para publicação já se esgotou, o que comprova o caráter excepcional do seu pedido, requerendo o Sr. Diretor Presidente submissão da aprovação das contas do exercício à sua publicação, tão logo ocorra. Por unanimidade dos acionistas presentes, deliberou a Assembléia prorrogar a aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 *ad referendum* de Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada logo após a efetivação das publicações legais.

2. Tendo em vista o acima exposto, deliberou esta Assembléia que a destinação dos resultados do exercício também fica submetida à apreciação da AGE a ser convocada para a aprovação das contas do exercício passado.

3. Procedeu-se à **reeleição dos membros do Conselho de Administração**, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2014, tendo sido reeleitos os seguintes Conselheiros: **I) Presidente, Luciano Caldas Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 557.970 – SSP/PE, CPF nº 018.189.614-15, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **II) Catarina de Petribu Bivar**, brasileira, casada, empresária, RG nº 525.146 – SSP/PE, CPF nº 001.066.314-20, residente e domiciliada à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **III) Luciano de Petribu Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.127.130 – SSP/PE, CPF nº 024.650.494-37, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1501 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE. Os Conselheiros permanecerão em suas funções até que os nomes dos Conselheiros que forem eleitos em 2014 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Conselheiros eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 136/2005 e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

4. Deliberaram os senhores acionistas ratificar as atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, como segue: **Diretor Presidente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia;



Num. 27392252 - Pág. 2



Diretor Administrativo-Financeiro - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005.

5. Mantido o montante global mensal da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser distribuído em Reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Art. 7º do Estatuto Social.

6. Cumprindo entendimento da SUSEP de que a área de atuação da Seguradora deverá ser delimitada em Assembleia Geral, a fim de que estejam claros os parâmetros de capital mínimo e taxa de fiscalização exigidos por aquela Autarquia, ratificar que a Companhia opera com Seguros de Danos e Seguros de Pessoas em todas as Regiões.

7. Nenhum outro assunto de interesse da sociedade foi tratado na presente Assembleia.

Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

Documentos Arquivados: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no Livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

Assinaturas: Presidente da Mesa: Luciano Caldas Bivar; Secretária da Mesa: Tatiana Tavares de Campos; Acionistas: Luciano Caldas Bivar, Tatiana Tavares de Campos, Catarina de Petribu Bivar, Luciano de Petribu Bivar, Gerencial Brasitex Serviços Técnicos S/A, Brasifactor Fomento





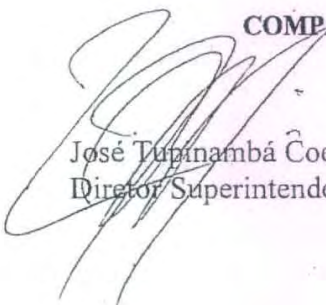


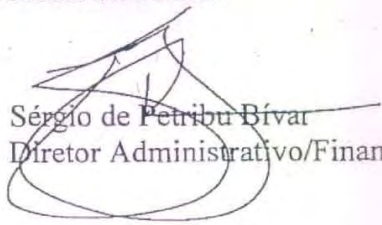
Comercial Ltda. e Brasipar Participações S/A, representadas neste ato por seu Administrador Luciano Caldas Bivar.

Declaração: Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro próprio e que são autênticas, no mesmo Livro, as assinaturas neles apostas.

Recife (PE), 30 de março de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente


Sérgio de Petribu Bivar
Diretor Administrativo/Financeiro





17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Ribeiro de Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30130-000

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente
CGJ nº 34.04761
Lei nº 9.939/04

Declaração de autenticidade
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado, datado de março de 2016.

ESPO-32116 TIR Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepablico>

Serventia
TIRFIM005
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90

BB674
ACC346B



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE TRABALHO,
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

TCA Nº 018/2012 - Compromissada Gestora - Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo Compromissada Adiente: Secretária de Administração. Objeto: Parcela, sem ônus, para publicação informações no Portal Empreende PE. Data: 28/09/2012. ANTONIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE TRABALHO,
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

12ª TA ao CT Nº 102/2008, Contratante - Secretária de Trabalho Qualificação e Empreendedorismo Contratado: Jacob Berenstein Neto. Objeto: Resgate anual contratual a partir de 16/12/2011, bem como a sucessão de propriedade do imóvel, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral do Estado de Nº 557/2012 - Processo PGE Nº 2012.02.001236. Data: 24/07/2012. ANTONIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE TRANSPORTES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SETRAAVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012

A Comissão Especial de Licitação torna pública, para o conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO, por interesse administrativo, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012. Objeto: Execução das Obras de Restauração da Rodovia PE-292, trecho: Entr. PE-275 (Albuquerque Nê) - Iguaraci - Afogados da Ingazeira, com extensão de 40,27 km. A nova data para abertura da referida licitação será informada através de publicação em imprensa Oficial Luiz Alberto de Araujo - Presidente da CEL.

SECRETARIA DE TURISMO DE
PERNAMBUCO - SETURCOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ADIAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2012 - CPU/SETUR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012-SETUR
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ROTA ACESSÍVEL À PRAIA DE BOA VIAGEM PARA BANHO DE MOTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NA CIDADE DO RECIFE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
Fica adiado o recebimento das propostas para 18/10/2012. O novo edital poderá ser retirado no site www.setur.pe.gov.br, ou pessoalmente na CPL, a partir de quarta-feira, 10/10/2012, no horário das 9:00 (nove) às 12:00 (doze) horas, na SETUR, informações pelo fone: (0*81) 31828306.
Recife, 08 de outubro de 2012
Mário Cláudio Ferraz de Castro
Presidente da CPL - SETUR

SECRETARIA DE TURISMO.

CNPJ Nº 08.113.327/0001-81

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio 01/2012: Concedente: Secretária de Turismo; Proponente: Departamento de Estradas de Rodagem-PE. Objeto: Repasse de recursos financeiros por destaque orçamentário objetivando a indenização para desapropriação da faixa do domínio Rodovia Via Itapicuma dos Camarões (trecho: acesso à ponte sobre o Rio Aracá), bem como de terra e benfeitorias às margens da Rodovia LD e LE e no sentido Tamandará à Praia dos Camarões e indenização parcial de imóvel singelo pela execução da Rodovia PE-051 em Porto de Galinhas no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo
Superintendente de Planejamento e Gestão

Publicações Municipais

CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA-PE
CONTRATO Nº 006/2012 - OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de cartuchos tipo jato de tinta a laser para impressoras da Câmara Municipal de Petrolina, pelo período de

12 (doze) meses, conforme as especificações do Anexo III do Edital de Pregão Nº 06/2012, Empresa Contratada: REKARGA - LEONARDO MARINHO PIRES INFORMÁTICA ME. Prazo de Vigência: 12 meses. Valor R\$ 19.884,00. Data da Assinatura: 11/09/2012. Assin: Maria Elena de Alencar - Presidente da CMP/PE.

(44048)

PREFEITURA DE VERDEJANTE

Estrato Termo de Rescisão Contratual

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE torna público o Termo de Rescisão Amigável do Contrato Nº 016/2012, com a empresa 3 P PAJEU EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, que tem como objeto a execução de serviços de locação e gerenciamento de veículos, destinados ao atendimento das necessidades da rede escolar. Valor contratual R\$ 14.553,08. Fundamentação Legal: Termos do Art. 76, XII e Art. 79, II da Lei Federal 6.669/93. Em 03 de setembro de 2012.

Lucia Pereira de Sá e Silva - Presidente CPL

(44045)

Publicações Particulares

MAMOABA AGRO PASTORIL S/A

CNPJ (MF) Nº 11.026.333/0001-06

EXTRATO DE ATA

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas cumulativamente, Data da Realização: 08/10/2012, às 10:00 (dez) horas. Local: Na sede social, s/nº na Av. Marquês de Olinda, nº 11, Recife-PE. Participaram: Acionistas representados da totalidade do capital social. Mesa Presidente: José Bernardino Pereira dos Santos; Secretário: Francisco de Jesus Pinheiro, representante da acionista AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelsior S/A, Deliberações: Por unanimidade de votos, aprovou-se o seguinte: 1) Em Assembleia Geral Ordinária, a) Foi aprovado o Relatório da Administração, acompanhado do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011, demonstrações financeiras correspondentes e parecer do Conselho Fiscal; b) eleição dos membros do Conselho Fiscal, órgão que continuou assim constituído: Membros: Elicio Maurício José Rodrigues da Silva, Eurico de Moraes Oltner, e Manoel de Souza Leão Viegas. Membros Suplentes: Maria da Gruta Batista Lipp; José Flávio de Aquino Albuquerque, e Fernando Souza Oltner. Duração do Mandato: Até a próxima Assembleia Geral Ordinária. Remuneração: Para cada membro em exercício, será equivalente a 1/10 (um décimo) da que, em média, foi atribuído a cada diretor da sociedade, não computada a participação nos lucros, se houver. 2) Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Ratificação da mudança do nome da Diretoria Executiva para a AGE de 17/05/2011, para Ana Patrícia Baptista Pereira dos Santos; b) ratificação de todas as deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária acima referida, declarando-se as mesmas com plena eficácia. Arquivamento: Na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o nº 2012/1584447, em 08/08/2012. Aos interessados serão fornecidas cópias autênticas desta Ata. Recife-PE, 25 de setembro de 2012. Francisco de Jesus Pinheiro, representante da acionista AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelsior S/A - Secretário.

(44042)

TRAMONTINA DELTA S.A. - Recife - PE. CNPJ

02.508.145/0001-21 - NIRE 26300012847 ATA DE REINÍCIO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Aos vinte e seis dias do

mês de setembro do ano dois mil e doze (2012/09/26), às (08:00)

horas, na sede social da Companhia, s/nº na Av. Barão do Bonfili,

110, Bairro da Vitória, em Recife, PE, reuniram-se os Membros

do Conselho de Administração de TRAMONTINA DELTA S.A.

Aberta a reunião e dirigiu pelo seu Presidente, Sr. Clóvis

Tramontina, e secretariado pelo seu Vice-Presidente Sr. José

Gusso, informou o Sr. Presidente que a finalidade desta reunião

é de autorizar a Diretoria Executiva da companhia composta

por Sr. Domingos Nizola, brasileiro, casado pelo regime

de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente na Rua

Domingos Paganeli, 976, Garibaldi, RS, Carteira de Identidade

nº 5003152148 SSP/RS e CPF nº 033.381.340-53, e Sr. Rui José

Baldasso, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial

de bens, do comércio, residente na Av. Ayrton Senna da Silva, 990,

apto. 501, bairro Pindamon, Igarassu dos Guararapes, PE, Carteira

de Identidade nº 04830630-2 SSP/PE e CPF nº 277.800.990-30

a celebrar junto ao Governo do Estado de Pernambuco um

PROTOCOLO DE INTENÇÕES para a implantação de um

empreendimento industrial no Distrito Industrial Moreno, no

qual estarão previstos: Os compromissos da Empresa; Os

compromissos do Estado. Os compromissos do município

Outros compromissos. Disposições gerais. Nada mais

havendo a tratar, o Sr. Presidente solicitou a lavatura da presente

ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos.

(Ass.) Clóvis Tramontina - Presidente; José Gusso - Secretário;

Ido Pakuda, Eduardo Somavaz. A presente cópia foi de ata

transcrita do Livro próprio. Recife, 26 de setembro de 2012. Clóvis

Tramontina - Presidente do Conselho de Administração. José

Gusso - Secretário. Junta Comercial do Estado de Pernambuco,

Certifico o Registro em 04/10/2012, sob nº 2012682975,

Protocolo: 1268297-5. Rodolfo Alves Paes Barreto - Secretário

Geral

(44044)

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ/MF nº 33.354.826/0001-92 / NIRE nº 28.39001024-1 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - PORTARIA nº 4.846 de 17/09/2012 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de competência delegada pelo Ministro do Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.00400/2011-51, 15414.00559/2011-88, 15414.00029/2012-01, 15414.00120/2012-01, 15414.00136/2012-01 e 15414.00310/2012-45, resolve: Art. 1º - Aprovar o cancelamento das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de setembro de 2011, 26 de outubro de 2011, 30 de dezembro de 2011, 15 de fevereiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012 da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, CNPJ nº 33.354.826/0001-92, com sede na cidade de Recife - PE, conforme as deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. Art. 2º - Ratificar que o capital social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS é de R\$ 33.151.944,70 representado por 4.080.084.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. LUCIANO PORTAL SANTANA. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital dos 2012 - DA HORA E LOCAL. Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês do Livramento nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife / PE. QUORUM:





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 158.222, na OAB/CE sob o nº 16045 e na OAB/PE sob o nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, inscrita na OAB/CE sob o nº 16897 e na OAB/PE sob o nº 1171-A; **RICARDO LASMAR SODRÉ**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 88.826; **RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.625; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 111323; **DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES**, inscrita na OAB/MA sob o nº 11.143-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o nº 29.559; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, inscrita na OAB/CE sob o nº 17926; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, inscrito na OAB/CE sob o nº 19283; **JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 9163; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 171.129; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S, com escritório na Av. Rio Branco, nº 248, 8º andar, CEP 20.040-009 - Centro- Rio de Janeiro, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já,**

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder - DPVAT

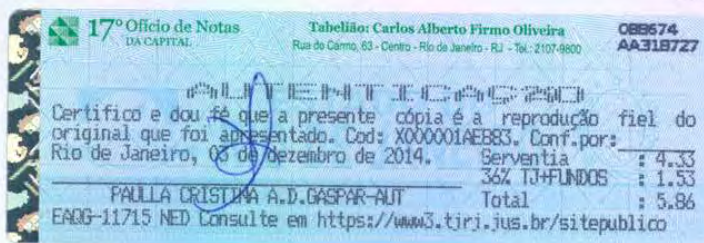
VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014.

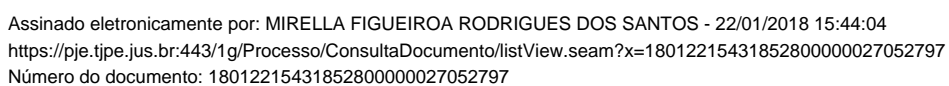
MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSE
MARCIO BARBOSA NORTON (X000000BF596)
Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014. Conf. por:
Em testemunho de verdade. Serventia 36% TJ+FUNDOS
Geovani Alves Cunha, Aut. Total
EAGL-62523 GUK. EAGL-62524 MUR
10015 Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09/07/2009. 1- Data e hora local: Dia 09/07/2009 às 10h00min; na sede social da Companhia, situada na Rua Canabêas, 650, nº andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. 2- Convocação: Edital de Convocação publicado nos dias 23, 28 e 27/01/2009 no Diário Oficial do Rio de Janeiro e no jornal O Comércio. 3- Emissão: pelo Acionista titular do Argo nº 5, bem como por meio de cartas com direito a voto da Companhia, ficando constatada a presença em um legal para a realização desta Assembleia, estando presente o senhor o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Damião Carlos Moreno Tereves. 4- Mesa: Presidente: Gustavo Nunes de Silva Rocco; Secretário: Sr. Carlos Moreno Tereves. 5- Assistentes: Dallibonci, et al. Admônica: Patrícia de Fátima de Azevedo. 6- Deliberações: Os Acionistas presentes deliberaram sobre as seguintes matérias, quaisquer restrições, sobre os seguintes itens, bem como autorizaram a leitura e publicação da presente ata na forma do Art. 130 da Lei nº 6.406/76: § 1. Aumento do limite do capital autorizado da INVEPAR com emissões estatutárias: Os acionistas decidiram aumentar o limite do capital autorizado da INVEPAR para R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões) de forma que o capital social da Companhia possa ser aumentado até esse limite independentemente de reforma estatutária, mediante mudanças de capital efetuadas pela Companhia. Desse forma, os economistas avaliaram o aumento de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões) ainda incluir no Argo nº 5, bem como o caput do Argo nº 6. 7- Reforma estatutária: Os Acionistas deliberaram sobre a alteração e renúncia dos parágrafos seguintes, passando o Argo nº 5 e o Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia a ter as seguintes novas redações: Nóque: Incisar nos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Invepar SA, Art. 5º O capital social, independentemente suscrito e integrado, de R\$ 1.020.000.000,00 (um bilhão e dois centos e sessenta e sete mil oitocentos e setenta e dois reais e cinco centavos pro rata capitis, representado por 34.192.430 (trinta e quatro milhões e cento e noventa e dois mil quatrocentos e trinta e nove após ordinários e ordinários de reserva e de outros fundos de reserva e de outras fontes de recursos de valor nominal. Art. 6º A Companhia pode aumentar até esse limite o capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões e Reais). § 1º O limite do capital autorizado da Companhia correrá contado a partir do deliberação da Assembleia Geral. § 2º Compete ao Conselho de Administração da Companhia emitir as ações até o limite do capital autorizado, fornecendo a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de integração, bem como as determinadas condições e procedimentos relativos a cada emissão; equiparando-se para os efeitos de capital de investimento na Companhia a realização de investimentos nas sociiedades nas cujas empresas a Companhia possua participações. § 3º Os Acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações até o total das votações mostradas que asseguram o direito de subscrever novas ações de da Companhia. § 4º De acordo com o número de ações por eles anteriormente de emitidas, § 5º Se for superior a 17% de do total de ações emitidas de da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderão emitir ações; destes resultados convertíveis em ações e bônus de subsor-

(21) **27174141**

17^o Ofício de Notas
UNICAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Forno Oliveira
Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

CEB674
AA318728

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00001AE884. Conf. por: 4.33
Rto de Janeiro, 05 de dezembro de 2014. Serenita : 1.33
326.144 UNIDOS : 5.86
Total

PALLA CONSULTA A.D. B3878K-AUT
EAGB-11716 XZY Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>



Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral da Companhia, para constar do estatuto da entidade social, deverá ser convocada para o fim de aprovar, anteriormente, pela Diretoria da Companhia, o projeto de lei aprovado, anteriormente, pela Diretoria da Companhia, no dia 14 de abril de 2008. Em razão da deliberação em lei, o art. 3º do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Registro de Empresas e Sociedades nº 14.155.458/0001, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Assembleia Geral, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 2) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social da Companhia, de modo que os membros do Conselho de Administração pelo período máximo permitido de 5 (cinco) anos, em razão da deliberação em lei, o parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Parágrafo único - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido no Estatuto de Administração". A acionista Getisa Seguradora S.A. vota, no sentido de não aprovar a referida alteração estatutária; 3) Aprovar, por unanimidade, os princípios gerais da Plataforma de Remuneração dos Administradores, na forma da proposta de Hay Consultants, que foi aprovada na Assembleia Geral, por unanimidade, e, alteração do art. 19 do Estatuto Social da Companhia, para que não inclua a designação específica - "prevenção de fraudes" como função de um diretor. Em razão da deliberação em lei, o art. 19 do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - A Companhia tem como função de um de seus diretores a prevenção de fraudes, a quem compete praticar todos os atos de representação da Companhia, e quem compete praticar todos os atos de representação dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por três (3) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 6.302/2006, outro será o responsável técnico e de relacionamento com o SUS, e o terceiro será o responsável pela administração, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, e um diretor responsável pela prevenção de fraudes, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições previstas pelo Conselho de Administração da Companhia". Em razão das alterações em lei, a Companhia vota, por unanimidade, concordar o Estatuto Social da Companhia, e passa a vigorar com a seguinte redação: "Seguradora Líder dos Cênários do Seguro DPVAT S/A - Estatuto Social (consolidado) Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Companhia tem por denominação: "Seguradora Líder dos Cênários do Seguro DPVAT S/A - uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem como objeto social a prestação de serviços de seguros, e que tem como finalidade a obtenção de lucros, para esta Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto obter nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios ou sociedades de seguros, e a prestação de serviços de seguros, e a administração dos Seguros Privados - CNSP. Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 2º, 3º, 4º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 4) - A Companhia tem prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, sendo 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias com direito ao voto - Cadação ordinária contém a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Respostas às disposições legais aplicáveis - A Companhia poderá exercer resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiridas por meio de operações de mercado, desde que não comprometa o balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as normas características da operação. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre que não estiver expressamente atribuída a outro órgão da Companhia. Artigo 8º - A Assembleia Geral reune-se, ordinariamente, dentro dos três (3) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também podendo ser convocada por qualquer acionista, desde que apresente os nomes dos acionistas. Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, podendo a qualquer tempo, a qualquer título, ser substituído, e poderá a qualquer tempo encerrar as reuniões, reduzindo a zero o quórum fixado, produzindo a competente ata. Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de procuração, devidamente autenticados, e os respectivos poderes (se presentes a oito) nos três (3) primeiros meses de reunião convocada. Parágrafo Quarto - Respostas às exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-seá, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação com a presença de 1/3 (um terço) do capital social. Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral terá formalidades previstas na legislação. Parágrafo Sexto - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse. Parágrafo Segundo - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pelo Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tendo lavrada em livro próprio as respectivas assinaturas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva têm disponibilidade de prazo de

21040105Z000000002105Z197

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabella: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000001NE887 Conf. por:

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2014.

Serventia : 4.33
Sx: 1041005 : 1.53
Total : 5.86

MIRELLA CRISTINA A.D. GRASPAC-ATF

EA06-11719 TPB Consulte em <https://www5.trj.jus.br/sitepublico>

008574
AA318731

17º **Ofício de Notas**
 DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Terno Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8000

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
Original que foi autenticado. Cod: X000001AE886. Conf-por: 4.33
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia : 1.53
362 TCHFLMDS : 5.86
Total

PALLA CRISTINA A.D. G&S-P&R-AUT
BA06-11718 DM Consulte em https://www5.tjrj.jus.br/sitpublico

086574
AA318730



[illegible]

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabella: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

008574
AA31E733

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cod: XXXXX014E889. Conf por: Rto de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

Serventia : 4.33
Sex 1441006 : 1.53
Total : 5.86

PALLA CRISTIAN A.D. GABAR-AUT

ENRG-11721 QM Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>



[illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA, ATENDIMENTO PSICOLOGICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTURBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALACAO, INCLUINDO ALIMENTACAO, SUPERVISAO E ACOMPANHAMENTO PSICOLOGICO E CURSADOS MEDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, Nº 34.750 POSSE: PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480 Petrópolis-RJ
02/12/2011.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP
CNPJ nº 04.289.430/00-01

CONVOCAÇÃO: [ART. 1.152 E 1º e 3º DO CÔD. CIVIL]. Nestes atos são convocados o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª convocação, para tomar ciência de retirada do sócio minoritário Sr. Roberto Eduardo Baracruiz da Empresa Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda. EPP, cujo endereço é: Rua do Comércio nº 156 loja "A" - parte superior, bairro do Centro, cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. Milênio/RJ. CEP nº 20.775-050. O presente edital encontra-se em tratamento médico. RJ, 10/01/2012. Angelo Paesano Braga - CRC/RJ 038.880/0-7 - CPF nº 132.446.537/2.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Aclam-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria.

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informa que esta declarando força maior (F.M.) em uma série de contratos de mineração com terceiros, a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estamos entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358 esta Fato Relevante encontra-se dispensado de sua versão completa, em teor técnico, exceto quanto à Cota no website da VALE, os seguintes links: www.vale.com e www.vale.com.br a partir de 12 de janeiro de 2012. **Fato Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.**

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO torna público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cubatuba e a Estação de Barra do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto km 186 - Macaé/RJ. Processo E-07512461/2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HIDRICOS OUT nº IN018637, com validade até 28 de março de 2013, que a Autoriza a Captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu, com a finalidade de outros usos (compactação e umedecção do solo) na Região Hidrográfica RH-V, Baía de Guaratuba, na Fazenda Micaico, entre os Rios Micaico e Cacembu, Porto das Caixas, município de Itaboraí.

CAPTACÃO: Terraplanagem COMPERJ; Corpo Hídrico: Rio Jacuibu. Vazão máxima instantânea: 520,0 m³/s; Vazão média: 500,0 m³/s; Torção: 12,00 m; Período: 16,00 h; Período de captação: 30 m³; Vazão média: 1440,00 m³/s; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 28,5" e Long. 42° 50' 30,70". **CAPTACÃO: EAP 1:** Corpo Hídrico: Rio Jacuibu. Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 h; Período de captação: 30 m³; Vazão média: 1440,00 m³/s; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 37,65" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTACÃO: EAP 2:** Corpo Hídrico: Rio Jacuibu. Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo: 16,00 h; Período: 30 m³; Vazão média: 1440,00 m³/s; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,321"

CAPTACÃO: EAP 3; Corpo Hidrico: Rio Capambu, Vazão máxima instantânea: 35,9 m³/min; Vazão média: 10,0 m³/min; Tempo: 16,00 h/m³, Período: 30 dias; Volume mensal: 144.000 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 10,289" e Long. 42° 35' 24,842".

LANÇAMENTO: Volume máximo diário dos dois pontos A e B: 8886,0 m³, realizado no solo.

Processo nº: F. 27.100.702/2008

PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33300032061
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA

SOCIIDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMATON, BATO SOCIAL, SODIOS, KIAS, CUM, HME, FINE,
POCHO, H'S, ESTRELLA, (CPF, 254.187.117-2), FURTA, FORÇA
GRAND, (CPF, 304.13.131-4), KIAS, PAULO, LIMA, 34, 2004,
CPF, 254.27.577-11, FLAVIO, GOMES, RIBEIRO, 21, 2004,
O, FEJ, N, O, ATITUDES, DE, ASSISTENCIA, PROFISSIONAL, E, A
A, UDE, A, PORTADORES, DE, DISTURBIOS, PSICOLÓGICOS, E, ETC.



17º Ofício de Notas
IN CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Primo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 201-501-5800

CEB 74
AN 15/12

Original e dupe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX1AE888, Conf. por: Serventia : 1.53
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. 36% 13474005 : 5.86
Total

PALLA ERGIDA A.D. 04378-ALT
EMO-11720 YID Consulte em <https://www3.tri-jus.br/sitapublico>





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabuleiro: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Original e dou fe que a presente
Certificado que foi apresentado. Cod: X000001AE388 Conf. por: 4.33
Original que foi apresentado. Cod: X000001AE388 Conf. por: 1.53
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia 327 TDFUNDOS

total 5.86

PAULA CRISTINA A.D. BRASPAC-ALF

EA03-11723 MU Consulte em <https://www3.rij.jus.br/sitpublico>

008674
AA318735





2530451

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, re ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

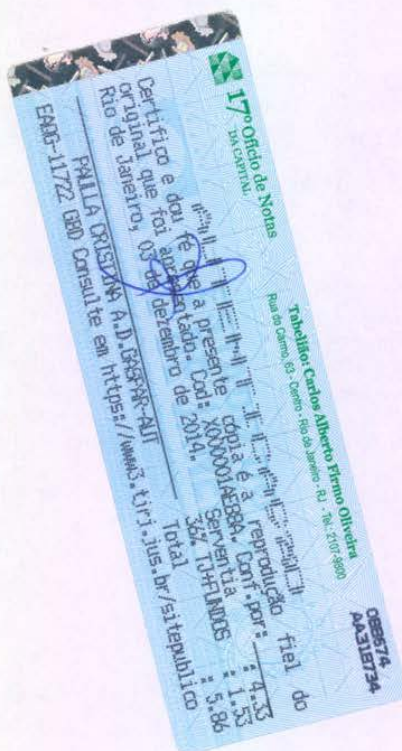
André Leal Faoro
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
Nire: 33.3.0028479-6	
Protocolo: 00.2014/126431-4	09/04/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM	10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO	
00002614223	
DATA 10/04/2014	
 Valéria L. M. Serra SECRETARIA GERAL	

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE – PE**

Processo: nº: **0045366-35.2017.8.17.2001**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, nos autos da ação em epígrafe, vem informar que já promoveu o recolhimento dos honorários periciais, conforme consta no comprovante em anexo, como de direito.

Termos em que,
espera deferimento.
Recife, 25 de janeiro de 2018

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/ PE 29.559





Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			





Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			





Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)s Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s). No mesmo prazo, intimo as partes para informarem se pretendem produzir outras provas, especificando-as em caso positivo.

RECIFE, 30 de janeiro de 2018.

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PE

PROCESSO: 0045366-35.2017.8.17.2001

PROMOVENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S/A

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, em epígrafe, que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO, expondo e ao final requer o seguinte:

A contestação apresentada pela demandada, não merece acolhimento, pois trata-se de expediente meramente procrastinatório, uma vez que tenta de todas as formas protelar o andamento do processo, senão vejamos:

DA PRELIMINAR

DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO - DA SEGURADORA LÍDER PARA ATUAR NAS AÇÕES DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

A preliminar suscitada pela Demandada não merece acolhimento, pois trata-se de expediente meramente protelatório, uma vez que quaisquer seguradora integrante do Consórcio do Seguro Obrigatório DPVAT, tem legitimidade passiva para responder, inclusive solidariamente pelas indenizações oriundas do Seguro Obrigatório.

Não há norma jurídica que determine ou impeça qual seguradora deve ser responsabilizada civilmente pelos pagamentos das referidas indenizações.

Uma simples resolução ou circular interna entre as conveniadas não isenta ou tem a força de determinar exclusividade de uma ou quaisquer outras que integrem o pool de seguradoras que participam do referido convênio a responder exclusivamente as demandas judiciais.

Isto posto, requer o indeferimento da preliminar, não se opondo o autor de que, caso seja o entendimento de Vossa Excelência, somente a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A integre a lide, no polo passivo da demanda.

DO MÉRITO

DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS

À PROPOSITURA DA AÇÃO

Os argumentos suscitados pela demandada não merece prosperar, pois toda a documentação indispensável e necessária ao deslinde da demanda foi devidamente acostada aos autos.

Ademais, a norma legal, determina o pagamento da indenização mediante a **SIMPLES**, prova do acidente e da extensão do dano, sendo que, as provas acostada junto a exordial demonstram a ocorrência do sinistro que vitimou o Autor, conforme se vislumbra



nos autos.

A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em outro processo similar, assim decidiu:

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VALOR PAGO A MENOR NA SEARA ADMINISTRATIVA. GRADAÇÃO LEGAL. PERCENTUAL DE INVALIDEZ CONSTANTE NO RELATÓRIO MÉDICO. DESNECESSIDADE LAUDO IML. INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR DEVIDA. SÚMULA 474 DO STJ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. HONORÁRIOS MANTIDOS. APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Ação de Indenização de seguro DPVAT pleiteada em função de invalidez permanente suportada pelo apelado como consequência de acidente automobilístico ocorrido em 15.01.2011. 2. Diante do quadro apresentado pela vítima do acidente, conforme relatório médico fls. 12/14, no qual restou demonstrado que o apelante apresenta debilidade permanente parcial incompleta no OMBRO DIREITO de grau INTENSO. 3. Estando o feito originário instruído com laudo médico circunstanciado, revela-se dispensável a confecção de laudo pelo IML, assim, não há que se falar na imprescindibilidade do laudo oficial emitido pelo IML para julgamento da causa. 4. Deve-se aplicar ao caso em análise o art. 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74, que versa sobre a proporcionalidade da indenização securitária, visto ser a invalidez em contenda parcial e de repercussão residual. 5. Assim, o valor indenizatório devido deve observar a seguinte fórmula: R\$ 13.500,00 (teto indenizatório - valor base) x 25% (percentual para perda completa da mobilidade de um dos ombros) x 75% (grau de incapacidade intensa), totalizando o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Tendo em vista o comprovante de transferência acostado às fls. 38, que comprova o pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), assiste razão ao apelante, IRAQUITAN GOMES DA SILVA, no atinente à necessidade de complementação da indenização securitária administrativamente recebida, porém no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). 6. Acerca da fixação na sentença dos honorários sucumbenciais em 20% (vinte por cento), razão não assiste à apelante SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A em requerer seja aplicado percentual não superior a 15%, a teor do art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, pois, conforme firmado entendimento do STJ, a referida norma foi revogada com o advento do Código de Processo Civil de 1973. 7. Recurso de apelação do autor, IRAQUITAN GOMES DA SILVA, parcialmente provido. Recurso de apelação da ré, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A negado provimento. À Unanimidade. (Apelação 328347-20004476-16.2012.8.17.0001, Rel. Roberto da Silva Maia, 2ª Câmara Cível, julgado em 13/04/2016, DJe 26/04/2016)

Merece relevo, o fato de que a perícia médica já foi designada por este Juízo, para que seja apurado o grau de invalidez, devido ao sinistro narrado na inicial.

DA LEI 6.194/74

MM. JULGADOR, a Lei 6.194/74, em seu art. 3, II, dispõe que o valor da indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Assim, não é possível admitir que o Conselho Nacional dos Seguros Privados (CNSP) possa, por meio de portaria, limitar o valor da indenização, sobrepondo-se, dessa forma, à Lei nº 6.194/74.

É de bom alvitre destacar a seguinte decisão das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul sobre o tema:

"ACAO DE COBRANCA. SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL.

I. Preliminar de incompetência do Juízo afastada por ser desnecessária a produção de prova pericial para apurar o grau de invalidez, considerando-se que a Lei nº 6.194/74 fixa a indenização sem fazer qualquer diferenciação a graus de invalidez.

II. A quitação dos valores não ultrapassa o valor posto no recibo, não impedindo que o autor postule receber a diferença ainda não paga.

III. Para os sinistros ocorridos antes da vigência da Medida Provisória 340, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é a única fonte legal apta e competente para fixar os valores das indenizações, não cabendo ao CNSP ou de qualquer outro órgão fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório, cuja finalidade é cobrir os danos pessoais causados por veículos automotores.

IV. O salário mínimo não serve de fator de reajuste, mas como mero referencial para fixar a indenização, inexistindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF.

V. A correção monetária incide do pagamento parcial e juros a partir da mesma data. **SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO**". (3ª Turma. RI nº 71001608561. Julgado em 08 de abril de 2008).

Também o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO** já tem decidido quanto a questão quanto ao Grau de invalidez, senão vejamos:

Civil - Seguro - DPVAT - Apelação Cível - Ação de Cobrança de Diferença de Seguro - Invalidez Permanente - Inaplicabilidade da Tabela do CNSP - Inteligência Jurisprudencial - Aplicação do Art. 3º da Lei 6194/74, alterada pela Lei nº 8441/92 - Indenização de 40 (quarenta) salários mínimos - Possibilidade - Jurisprudência do STJ - Honorários fixados dentro dos parâmetros legais - Recurso provido parcialmente - Decisão unânime. (TJPE - 3ª Câmara Cível – Apelação nº 168242-0 – Apelante: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A; Apelado: EDNALDO RICARDO DA SILVA; Rel. Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO, data do julgamento: 26/03/2009). (grifamos)

E MAIS:

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA (DPVAT) - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - INVALIDEZ PERMANENTE - DESCABIMENTO GRADUAÇÃO DA SEQUELA - SINISTRO OCORRIDO EM 2000 - APLICÁVEL AO CASO A LEI 6.194/74 EM VEZ DA LEI 11.482/2007 - EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI -LEGITIMIDADE DA VINCULAÇÃO DO DPVAT AO SALÁRIO MÍNIMO - SÚMULA 14 DO STJ - MANUTENÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS - RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJPE - 6ª Câmara Cível – Apelação nº 178979-5 – Apelante: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS



S/A; Apelado: EVANDRO DA SILVA NEGRÃO; Rel. Des. EDUARDO AUGUSTO PAURA PERES, data do julgamento: 03/02/2009). (grifamos)

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento do autor diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. **1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.** 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: **DJe 12/03/2012** – grifos nossos sempre) SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, **a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada.** 2. **A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).** 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);

E AINDA:

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...] **6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação.** 7. **Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação.** (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, *data venia*, observar a **data do sinistro**, o que desde já se requer na espécie.

DO REQUERIMENTO:

PELO EXPOSTO, requer à Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º, II c/c art 5º, §1º ambos da Lei n. 6.194/74, que seja JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA NOS TERMOS DA EXORDIAL, sendo desta forma feita a mais lúdima JUSTIÇA.



Nestes termos,
Espera e espera deferimento.

Recife/PE, 31 de janeiro de 2018.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB-PE 1292-A



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)s Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

RECIFE, 2 de fevereiro de 2018.

GERMANA LIMA DOS SANTOS

Diretoria Cível do 1º Grau



RATIFICA TERMOS DO ID. 27685765.



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de fevereiro de 2018

MARIA INES NORONHA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	
Endereço: V MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE, RECIFE - PE - CEP: 50030-000	
UF	PAÍS / PAYS
0045366-35.2017.8.17.2001	ID 26924872 1
INTIMAÇÃO	Seção B da 26ª Vara Cível da Capital
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
	09/01/18
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGÉNT
	Maria Ines Noronha da Silva CDD Mat. 26924872-7
O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

FC0463 / 16 114 x 186 mm



	AVISO DE RECEBIMENTO AR	 JR 369 276 459								
	AVIS CND7 	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON								
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 08 JAN 2018	<table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>					:	h	:	
:	h	:								
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	<table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>					:	h	:		
:	h	:								
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	PREENCHER COM LETRA DE FORMA									
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR									
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº. MARIA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50080900									
	CIDADE / LOCALITÉ RECIFE/PE	UF PE	BRASIL BRÉSIL							
	<table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table>									



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de SEGURADORA LIDER
DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de fevereiro de 2018

MARIA INES NORONHA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO
- RJ - CEP: 20031-205

0045366-35.2017.8.17.2001 ID 26924871 8
INTIMAÇÃO Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior
8.956.534-7

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	
	JR 369275630 BR		
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 08 JAN 2018		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT 08 JAN 2018		: h : h : h	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	PREENCHER COM LETRA DE FORMA		
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
	CIDADE / LOCALITÉ		
	UF		
BRASIL BRÉSIL			5100





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

DESPACHO

01. Aguarde-se a realização da perícia.

Recife, 09 de março de 2018.

Ana Carolina Fernandes Paiva
Juíza de Direito em Exercício Cumulativo



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito vem, informar que o reclamante não compareceu no dia **28/02/2018**, para realização de perícia.

Nesses termos.

Pede deferimento.

Recife, 14 de março de 2018.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho
CRM 16.868



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 26ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE/PE**

PROCESSO: 0045366-35.2017.8.17.2001

PROMOVENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, já amplamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, que tramita nesta Douta Vara, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Que o Autor encontra-se atualmente desempregado e conseguiu um trabalho de empreitada, o que o impossibilitou de comparecer à perícia designada.

Isto posto, requer à Vossa Excelência, a desistência do feito sem julgamento do mérito e baixa na distribuição, inclusive renunciando ao prazo recursal, sendo desta forma realizada a mais lúdima **J U S T I Ç A**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Recife, 23 de março de 2018.

**Bel. Adson José Alves de Farias
OAB/PE 1292-A**





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

DESPACHO

O autor apresentou requerimento de desistência e consequente extinção do feito, no entanto, as rés já ofertaram resposta sob o ID 27392113.

Assim, considerando que a homologação do pedido dependerá da anuência da parte contrária quando oferecida a contestação (art. 485, § 4º do CPC), determino a intimação das rés para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o requerimento de desistência de ID 29387709.

Recife, 28 de março de 2018.

José **Alberto** de Barros **Freitas** Filho
Juiz de Direito



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 29564227, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO O autor apresentou requerimento de desistência e consequente extinção do feito, no entanto, as rés já ofertaram resposta sob o ID 27392113. Assim, considerando que a homologação do pedido dependerá da anuência da parte contrária quando oferecida a contestação (art. 485, § 4º do CPC), determino a intimação das rés para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o requerimento de desistência de ID 29387709. Recife, 28 de março de 2018.
José Alberto de Barros Freitas Filho Juiz de Direito"*

RECIFE, 5 de abril de 2018.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE

Processo: nº: 00453663520178172001 – SEÇÃO B

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já qualificada nos autos da ação que lhe move **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**, vem, por seu advogado, em atenção ao r. despacho, que determinou a manifestação da Ré acerca do pedido de desistência, expor e ao final requerer o quanto segue.

Pelo que se observa dos autos judiciais, foi designado perícia técnica, certo é que, na data e hora aprazadas, a parte autora restou **AUSENTE** ao ato, como se constata da documentação anexada aos autos.

Todavia, a parte autora – obviamente ciente da sua ausência na perícia, deixou de produzir provas materiais, acerca do sinistro, logo, tendo em vista, a sua iminente decretação de improcedência de seu requerimento indenizatório – vem aos autos com uma reprovável manobra processual, consistente na ‘desistência’ da ação, com a finalidade de obter uma sentença extintiva, sem análise de mérito, e com isso tentar ‘fugir’ dos respectivos ônus decorrente de sua derrota, tais como custas processuais e honorários advocatícios.

Ora, não há como a Demanda – e nem mesmo esse MM. Magistrado – acatar, a esta altura da demanda, o (tanto tardio quanto oportuno) pedido de desistência do feito, pois caso assim o seja, estará a parte autora beneficiando-se de sua própria torpeza, ‘escolhendo’ a forma com a qual pretende ver o julgamento da ação, o que não se pode admitir.

Por outro lado, admitir a desistência do processo neste estágio processual sem julgamento de mérito também representará um ‘salvo conduto’ para a parte autora **violar o princípio do juiz natural**, já que, com a extinção da demanda sem análise de mérito, poderá o autor, de forma temerária, apresentar uma nova ação distribuída a outro Juízo, na tentativa de obter eventual resultado diverso daquele a que inevitavelmente se aproxima desta – ou seja, a improcedência.

ISTO POSTO, é a presente para manifestar a V. Exa. a sua **discordância** ao pedido de desistência autoral, e, diante da já realização de prova técnica, requerer o julgamento do feito no estado em que se encontra, com a decretação de improcedência, por ser medida de



direito.

Termos em que,

Espera deferimento.

Recife/PE, 10 de abril de 2018.

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/PE 29.559





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

SENTENÇA

EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO CORRETO PELA VIA ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de cobrança de complementação do seguro DPVAT proposta por **Rodrigo Martins Carneiro da Silva** contra **Companhia Excelsior de Seguros e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, ambos qualificados na inicial.

O autor afirma que foi vítima de acidente de trânsito no dia 12/09/2016 e teve como consequência trauma do membro superior esquerdo e fratura/luxação do cotovelo esquerdo.

Diz que recebeu da demandada administrativamente o valor de R\$ 945,00, mas a quantia certa que deveria ter recebido em conformidade com a lei seria de R\$ 13.500,00, e por isso ainda deve receber o valor complementar de R\$ 12.555,00.

Citada, a ré apresentou contestação, alegando, preliminarmente, a necessidade de retificação do polo passivo em face da ilegitimidade da primeira demandada. No mérito, aduz que a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide. Pede pela improcedência. Juntou laudo pericial administrativo Id. 27392141.

Réplica apresentada pela autora no Id. 27685765.

O perito informou nos autos que o reclamante não compareceu para realização da perícia Id. 29006812.

O autor peticionou nos autos requerendo desistência do feito e informou que não compareceu à perícia por estar trabalhando (Id. 29387709).



Intimada a parte ré sobre o pedido de desistência, manifestou discordância e requereu julgamento do feito.

É o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento de complementação da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à incapacidade permanente por acidente em via terrestre.

No caso em comento, verifica-se que o autor não compareceu à perícia designada por este Juízo, razão pela qual o feito será julgado com base no conjunto probatório colacionado pelas partes.

Nessa seara, vejo que a parte ré juntou aos autos a perícia realizada administrativamente (Id. 27392141), na qual ficou apontado pelo médico ter sofrido o autor **lesão no membro superior esquerdo**, de amplitude residual (10%). Assim, deve ser observada a regra segundo a qual se deve proceder à redução proporcional da indenização conforme a repercussão da lesão.

Considerando que a lesão sofrida pelo demandante, de acordo com a Tabela prevista na lei de regência do DPVAT, ensejaria o pagamento, no máximo, de 70% do teto, qual seja R\$ 9.450,00, e aplicando-se o percentual de debilidade encontrado na perícia (10%), o valor devido corresponderia a R\$ 945,00.

Assim, o pagamento administrativo, ao contrário do alegado na inicial, mostra-se correspondente ao devido, razão pela qual não faz jus o autor a qualquer complementação.

Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça já decidiu:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

III. Recurso não conhecido.

(REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009)

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** e condeno o demandante ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da causa, cuja cobrança fica suspensa, ante a gratuidade da justiça.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Recife, 31 de maio de 2018.



José **Alberto** de Barros **Freitas** Filho
Juiz de Direito



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001
AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 31931666, conforme segue transcrito abaixo:

" (...)Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO e condeno o demandante ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da causa, cuja cobrança fica suspensa, ante a gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Recife, 31 de maio de 2018."

RECIFE, 9 de julho de 2018.

ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES
Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado, e que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 27 de agosto de 2018.

ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES

Diretoria Cível do 1º Grau

